

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA*

SOBRE A HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS COM OLIVEIRA MARTINS

INTRODUÇÃO

A História. Como é inquietante o seu enigma. Porque somos nós que lhe damos as cartas de jogar. Mas depois é ela que joga sozinha e decide por nós o resultado do jogo.

Vergílio Ferreira

Entendendo, como Mattoso, que o fascínio que a História exerce sobre o Homem se deve, em grande medida, à tentativa de encontrar no passado as razões que permitam explicar o que somos hoje, baseados no pressuposto de que o sentido de uma qualquer realidade não se esgota em si própria, mas se desvenda no intrincado de relações que todo o facto isolado tem com todos os outros que o antecedem, circundam ou prolongam, somos obrigados a concluir, com ele, que “(...) a escrita em História é um discurso pessoal”¹. Ou seja, numa descrição de acontecimentos ocorridos ao longo de séculos, não só devemos ter presente que

* O texto que agora se publica, representa a I parte da versão integral apresentada na dissertação para a obtenção do grau de mestre em Filosofia, realizada na F.L.U.P. em Novembro de 97. A publicação ficará concluída no próximo número desta revista.

¹ Mattoso, José “A escrita da História – teoria e métodos”, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 9.

os documentos a que temos acesso representam, tão somente, uma ínfima parte duma totalidade que permanecerá para sempre inatingível, como devemos também admitir, que há, necessariamente, um critério pessoal subjacente à selecção daqueles que privilegiamos referir. Partindo, pois, da convicção comum a toda a análise do passado, de que é possível assinalar num determinado facto, reflexos de anteriores atitudes e, por sua vez, percebê-lo como condicionador de opções futuras, cada historiador faz, então, uma interpretação pessoal dos acontecimentos descritos, que tem por objectivo explicá-los em si mesmos e iluminar, com a sua clarificação, um presente que se torna assim, também ele, mais inteligível. É a esse esquema interpretativo, que deixa passar as influências e convicções do autor que o apresenta, que podemos chamar teoria da história. É a teoria da história à luz da qual escreveu Oliveira Martins a sua obra, que tentaremos esboçar neste trabalho.

Vivendo na conturbada Europa do século XIX onde as revoluções políticas, quer liberais, feitas em nome dos direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos, quer socialistas, orientadas pela utopia da criação de sociedades justas onde a igualdade social se concretizasse, O. Martins, um dos nomes maiores do que se convençionou designar por "*Geração de 70*" e onde estão representadas as grandes figuras intelectuais do Portugal da época, foi, para além de um leitor compulsivo das mais recentes teorias filosóficas e científicas, um divulgador da sua interpretação muito própria dessas teorias, num país que se caracterizava por uma generalizada falta de instrução das classes médias, que a sua obra, de alguma maneira, pretendia ajudar a colmatar. Consciente do atraso, em termos de desenvolvimento económico e social, de que enfermava a nação depois de ter liderado o mundo no período dos Descobrimentos, O. Martins não se satisfaz com a investigação teórica das razões que conduziram à nossa decadência. A amargura que lhe desperta a situação real do país, fá-lo sentir-se no dever moral de actuar, no concreto, para tentar debelar, o que considerava ser, o perigoso estado de abulia que poderia levar ao desaparecimento da nação, face ao triunfo da mentalidade calculista e pragmática que caracterizava os países que, então, governavam o mundo e de quem, com o risco para a nossa autonomia que isso envolvia, nos deixáramos ficar dependentes intelectual e economicamente. Daí

que O. Martins se tenha notabilizado não apenas como investigador e escritor mas, também, como político.

Daí, também, que nos tenha parecido indispensável iniciar a análise do seu pensamento com a sua biografia, seguida de uma exposição das teorias da história que o influenciaram, quer porque delas se destacava, contestando-as nos seus fundamentos, quer porque nas suas apreciações sobre a história em geral e a história portuguesa em particular, são notórios os pontos de contacto e a similitude de determinadas opções teóricas e práticas.

Como veremos, para o autor, a história não obedece a nenhum determinismo imanente ou transcendente, nem é meramente fruto do acaso ou resultado de escolhas absolutamente livres dos homens que a fazem. As sociedades não são redutíveis ao conjunto dos indivíduos que as formam, como pretende o liberalismo que vê no indivíduo a sua origem e o seu fim, mas constituem personalidades reais, como seres colectivos que nascem com determinadas potencialidades específicas necessitadas de uma conjuntura favorável para se actualizarem e realizarem plenamente. É por assim pensar, que O. Martins se reclama de socialista.

Consumada a reforma religiosa no século XVI, triunfando as revoluções políticas no século XVIII, ao século XIX estaria reservada a revolução económica que, em nome de uma ética que assumia como valores primordiais a justiça, a liberdade e a igualdade, conseguiria, na opinião do autor, erigir a sociedade onde cada um ocuparia o lugar certo, de acordo com o exclusivo critério da competência que, de Platão a Hegel, se afirmara como o verdadeiro significado de *aristocracia* e que O. Martins nomeava por democracia orgânica. É essa a sua utopia. Pensamos que a sua vida é prova suficiente de que dela nunca desistiu. Se as suas críticas corajosas, frontais e, por vezes mesmo contundentes, lhe valeram a adjectivação, nem sempre isenta de um certo tom depreciativo, de pessimista é, também, porque uma verdade dolorosa é muito mais difícil de escutar do que uma mentira piedosa.

Pensamos que se confunde, demasiadas vezes, a carência de ilusões revelada por O. Martins, acerca de alguns factos históricos que lhe apareciam, com toda a clareza, como insolucionáveis (e que, mais tarde infelizmente, a realidade viria a confirmar integralmente como tal, bastando-nos citar, a título de exemplo, a sua desencantada perspectiva sobre o futuro das colónias ultramarinas), com

uma perspectiva negativista sobre algo que pudesse, realisticamente, ser encarado de uma forma mais positiva. Essa atitude, sim, revelaria pessimismo. Denunciar o que está errado, com a finalidade de inverter a marcha no sentido de alcançar o que se deseja, não demonstra pessimismo, mas frieza de análise e ausência de preocupação em agradar aos leitores ou lisonjear os governantes. Ou seja, em linguagem corrente hodierna, optar por ser “politicamente incorrecto”. O. Martins pagou muito caro essa ousadia. Só esse facto seria suficiente para merecer a nossa admiração. Tentaremos provar com a explicitação do seu pensamento, que este não é menos digno do nosso louvor.

A HISTÓRIA DE UMA VIDA

A História do Homem é a das suas utopias, ou seja a da sua permanente insatisfação. Mas toda a utopia paga a factura que a vida lhe apresenta, ou seja a que lhe apresenta a realidade.

Vergílio Ferreira

Escrever uma biografia levanta questões em tudo semelhantes às que salientámos a propósito da narrativa histórica. Qualquer exposição, na medida em que se explana de acordo com uma ordem, que no caso de uma biografia é fundamentalmente cronológica, pretende estabelecer relações entre os acontecimentos narrados. Na história é essa conexão que o analista sublinha haver entre os factos, que permitirá compreendê-la e não apenas conhecê-la. O historiador como homem que discorre, *a posteriori*, sobre atitudes tomadas por homens que o precederam, põe mais de si próprio na sua obra do que qualquer outro investigador, porque fala com paixão de outras paixões, sofre com o sofrimento já vivenciado, orgulha-se, no presente, dos feitos passados. Assim, tal como para o historiador é determinante compreender o pensamento por detrás da acção concreta, porque é isso que consentirá conferir-lhe algum sentido, também, para nós, é fundamental perceber a intenção e o objectivo do historiador quando decide sê-lo. Daí a importância da biografia. Atentemos nas palavras de O. Martins, dirigidas a Eça, já

no fim da sua vida: “Asseguro-te que se não tivesse intervindo na vida activa nunca poderia ter escrito o *Nun’Álvares e muito menos os filhos de D. João I*”²

Será o espaço de uma vida o local de constatação de um encadeamento lógico de causas e efeitos ou o lugar da manifestação do acaso? O. Martins responderia afirmativamente a ambas as hipóteses. Procuraremos explicar porquê, nestas notas biográficas.

Alguns dos mais recentes biógrafos ou comentadores da obra de O. Martins, António José Saraiva³, Augusto Santos Silva⁴, Guilherme de Oliveira Martins⁵, Pedro Calafate⁶, concordam no propósito de destacar a coerência evidenciada entre a sua forma de pensar a sociedade portuguesa e a actuação concreta no seio dessa sociedade. Propõem-se mostrar não haver discrepância entre os ideais democráticos, igualitários e socialistas, que O. Martins defendeu na sua obra literária e a sua colaboração na vida pública, como deputado ou membro do governo de um partido monárquico⁷.

² Martins, J. P. Oliveira, “Correspondência”, apud., Martins, Guilherme d’Oliveira, “Oliveira Martins Uma Biografia”, Maia, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, p. 219.

³ “*Só no mundo da fantasia se pode, portanto, sonhar uma oposição entre um Oliveira Martins optimista e um Oliveira Martins pessimista. Esta fantasia é contradita pelas suas próprias obras e pelas afirmações nelas contidas e, além disso, pelo testemunho de Oliveira Martins acerca dele mesmo e do seu pensamento.*” Saraiva, A. J., “Para a História da Cultura em Portugal”, vol. I, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 191.

⁴ “(...) não há qualquer ponto de ruptura no pensamento e na prática de Oliveira Martins.” Silva, A. S., “Oliveira Martins e o Socialismo”, Braga, Afrontamento, 1979, p. 69.

⁵ Nesta obra o autor entende como relevante sublinhar que a aparente ausência de originalidade da obra de O. Martins se deve ao que, chamaríamos nós de “má consciência”, por parte de um autodidacta que se julga na obrigação, que peca por excesso de escrupulo, de escorar as suas opiniões, nas de autores já consagrados: “(...)aparato de uma fundamentação teórica que quase ameaça submergir a força criativa do pensador.” p. 80 in “Oliveira Martins Uma Biografia”, op., cit.

⁶ “(...) a primeira tendência do seu espírito que importa definir, não lendo nela as marcas de uma debilidade teórica, mas a tónica de uma opção consciente que o não permite classificar como adepto desta ou daquela escola, desta ou daquela corrente de ideias.” Calafate, P., “Pensamento Português – Oliveira Martins”, Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, 1990, p. 11.

⁷ “(...) a política é uma coisa prática e não uma dissertação lógica.”, afirmará O. Martins em 1879, no que parece uma antecipação premonitória das

Relevando, todos eles, que isso não significa que, quer os ideais que subscreveu teoricamente, quer as atitudes concretas que tomou perante a realidade, estivessem isentas de contradições ou mesmo de erros. Admitir o contrário seria, aliás, escrever não uma biografia, mas um panegírico acrítico que não faria justiça, nem à importância da sua intervenção social e política na vida portuguesa da segunda metade do século XIX, nem ao relevante contributo intelectual de que somos, ainda hoje, devedores.

Pelo contrário, António Sérgio ⁸ salientara as contradições existentes na obra de O. Martins, concluindo que elas eram inevitáveis por parte de um autodidacta dotado de uma infinita curiosidade intelectual que, antes de ter tempo para reflectir nas diversas e, muitas vezes inconciliáveis, recentes teorias com que ia tomando contacto através das suas leituras, se devotava a escrever sobre os problemas da sua época, influenciado pelas ideias que nelas o seduziam. Também Óscar Lopes ⁹ resume com clareza, a dificuldade talvez inultrapassável, de conciliar a actividade de historiador com a de político. Uma exige imparcialidade, outra requer partidatismo. Como homem que reflecte sobre a história e acredita estar a mesma sujeita a leis evolutivas que têm na Igualdade o ideal a atingir, O. Martins defende rigidamente certos principios teóricos; como homem que não resistiu à tentação de tentar concretizá-los, foi obrigado a assumir compromissos e a fazer cedências às circunstancias concretas do momento, que não estava nas suas mãos configurar previamente. Não deixa de ser curioso observar que estas reticências, colocadas por O. Lopes, quanto à possibilidade de se historiar o passado com objectividade tendo, no presente, convicções definidas relativamente às opções políticas a seguir para se encaminhar o país no rumo certo, já O. Martins as colocara,

críticas de que será alvo. In "Politica e História", Lisboa, Guimarães Editores, vol. I, 1957, p. 316.

⁸ "O pequeno proémio da Teoria do Socialismo consiste em três páginas de confusão babélica, graças ao anelo de sempre estar de acordo com todas as doutrinas que se então impunham, misturando um Hegel com um Proudhon e um Spencer, e com reminiscências de um Kant, de um Michelet, de um Vico (...)" Sérgio, A., Prefácio in "Portugal e o Socialismo", Lisboa, Guimarães Editores, 1990.

⁹ "Oliveira Martins, além de agir e pensar, também vive quando escreve. E às vezes vive contra o que pensa e age." Lopes, Óscar, "Álbum de Família", Lisboa, Editorial Caminho, 1984, p. 140.

quando no *Portugal Contemporâneo* avalia a História de Portugal de Alexandre Herculano. E, como se conclui das suas palavras, para exprimir uma dúvida semelhante: “*Prodígio até trabalho, de saber, de paciência, de talento, a “História de Portugal” é um monumento; entretanto, devemos dizê-lo, se quisermos ser inteiramente justos, mais de uma coisa lhe falta, para poder ser considerada um tipo, e o seu autor um grande historiador como Ranke. (...) falta-lhe, sobretudo, aquela alta e serena imparcialidade, aquelas vistas rigorosamente objectivas, aquela isenção crítica impassível perante as escolas, os sistemas, os partidos, sem a qual a história deixa de o ser. (Herculano) Levava, pois, para o estudo do passado as preocupações do presente, porque essas preocupações eram a essência da sua vida moral.*”¹⁰.

A suposta discrepância de pontos de vista detectada na obra de O. Martins é, com certeza, reflexo da enorme quantidade de artigos jornalísticos, crónicas, opúsculos e livros que editou ao longo da sua vida e que vão reproduzindo, passo a passo, as suas aspirações, convicções, ilusões e decepções. O mesmo não aconteceria se, para analisarmos o seu pensamento, dispuséssemos apenas de duas ou três obras de síntese, que constituíssem uma súpula da reflexão de toda uma vida, sobre os sistemas políticos, a história ou qualquer outro tópico mais delimitado, que balizasse a ambição de manifestar opiniões próprias sobre as mais variadas temáticas, de que a sua obra é testemunho¹¹.

Pensamos, todavia, que se pode ser intelectualmente permeável a influências contraditórias e, ainda assim, moralmente coerente, porque ser coerente não é sinónimo de permanecer inflexível ou adoptar uma postura estática perante um cenário exterior que vai assumindo diferentes contornos. A coerência radica, essencialmente, na capacidade de, perante a circunstancia exacta de cada momento, saber agir, não necessariamente da forma idealmente correcta em função dos princípios em que se acredita, mas da

¹⁰ Martins, J. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, Lisboa, Guimarães Editores, 1987, vol. II, pp. 238-239.

¹¹ “(...) as várias fases do pensamento de Oliveira Martins revelam-nos, na realidade, uma viagem crítica e intensamente vivida, através dos sistemas filosóficos, ideológicos e científicos do seu tempo, numa atitude em que à simpatia entusiástica sucedeu, por vezes, a desilusão sentida.” Calafate, P., op., cit., pp. 9-10.

forma possível e mais adequada à situação, sem abastardar esses postulados teóricos que fundamentam a crença numa determinada acção ¹². Ora, as decisões adequadas, dizia O. Martins, julgam-se conforme “(...) *a matéria de ocasião, a conveniência, a oportunidade.*” ¹³. A coerência não se detecta na repetição inalterável das mesmas ideias, mas no seu aprofundamento e enriquecimento, pela descoberta, que só o quotidiano nos permite fazer, do valor da sua aplicação na existência real dos homens. Ser coerente é não confundir pragmatismo com oportunismo e fazer concessões, sempre e só, quando elas implicam um passo em frente, ainda que demasiado curto, na direcção do caminho que se pretende apontar. Aliás, o próprio O. Martins esclarece o que tentámos salientar, ao afirmar que: “*Quando o pensador procura o meio de representar uma sociedade, realmente, tal como ela é, não pode, sob pena de erro, inspirar-se dos desejos que tem sobre o modo por que ela deveria ser.*” ¹⁴.

Oliveira Martins, enquanto historiador é, segundo Eduardo Lourenço, “(...) *o primeiro português que substitui com eficácia cultural a única “imagem” de Portugal até então vigente (...)*” ¹⁵. Se, como defende E. Lourenço, até ao aparecimento da sua obra, a nossa história era narrada como uma epopeia, O. Martins descrevê-la-á como um drama em que o nosso génio se debate permanentemente com os condicionalismos materiais adversos que não o deixam nunca desenvolver-se em plenitude. E se o famigerado pessimismo, que é apontado como a característica comum e fundamental da “*Geração de 70*”, traduz essa desilusão de O. Martins em finais felizes, a fidelidade à escrita, que manteve até ao fim da vida, afirma, simultaneamente, a convicção de que não valerá a pena viver se não for para os perseguir. “*Quimera é o sonho dos que supõem realizável o céu na terra. Não. O céu não se atinge; mas o único meio de tornar habitável a terra é ter os olhos erguidos para o*

¹² Na “História de Portugal”, dirigida por José Mattoso, afirma-se: “*O que é importante perceber no percurso de Oliveira Martins é a sua coerência. Nunca foi um liberal da velha escola, nunca acreditou na Constituição, no papel redentor do livre-pensamento ou do sufrágio universal*”. Op., cit., Círculo de Leitores, vol. VI, 1994, p. 133.

¹³ Martins, J. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, op., cit., p. 28.

¹⁴ Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., p. 318.

¹⁵ Lourenço, E., Prefácio in Martins, G., “Oliveira Martins Uma Biografia”, op., cit., p. 16.

alto e proceder na vida real com o pensamento norteado por ideias químéricas."¹⁶.

Nascido em Lisboa a 30 de Abril de 1845, no seio de uma família da média burguesia, Joaquim Pedro de Oliveira Martins mostrará, através da sua vida e obra, que se a vontade dos homens não é condição suficiente para mudar o mundo, é, todavia, absolutamente necessária para o impelir a essa mudança.

No país reinava D. Maria II e, após o golpe militar de Janeiro de 1842, o governo de Costa Cabral tinha reposto em vigor a Carta Constitucional de 1826, submergindo as reformas de Mouzinho da Silveira e fazendo degenerar em ditadura a revolução liberal dos anos vinte. Por todo o lado grassava a fome e miséria generalizadas e, por isso, as revoltas populares eram frequentes mas, mesmo as mais expressivas como, em 1846, a da Maria da Fonte que custou a Cabral um breve exílio, foram sendo dominadas pelos militares. Porém, a guerra civil, provocada pelo movimento da Patuleia, só foi sanada pela intervenção estrangeira, forças armadas espanhola e inglesa que, mediante a assinatura da Convenção de Gramido em Junho de 1847, ajudaram a manter o governo nas mãos dos agiotas, burocratas e militares, como, mais tarde, O. Martins o descreverá. A crise financeira, no entanto, não fora debelada e o país enfrentava a bancarrota.

O estado de acalmia, conseguido a partir de 1851, após mais uma rebelião do marechal Saldanha que afastará Cabral do poder, caracterizará o período de relativa estabilidade da Regeneração, onde Fontes Pereira de Melo, que integra o primeiro governo, será o grande responsável por uma nova política de desenvolvimento económico, baseada no incremento da actividade industrial e no alargamento das redes viária e ferroviária. Mesmo as vozes públicas mais progressistas e de inspiração socialista, dada a inevitabilidade de constatarem ser impossível, no momento, conquistar o poder, optaram por apoiar algumas das medidas concretas tomadas pelo governo regenerador como, por exemplo, a reforma do ensino e a melhoria do sistema de crédito de modo a conseguir uma mais equitativa distribuição da riqueza, que se inseriam na linha das directrizes teóricas que advogavam. Contudo, isso não impedirá o amargo sentimento de frustração da geração pós-romântica, pela

¹⁶ Martins, J. P. Oliveira, "Política e História", op., cit., p. 49.

perda das ilusões quanto à capacidade da vontade dos homens para mudar o mundo, face à dura realidade social e económica que os condiciona.

Entretanto, Oliveira Martins, órfão de pai aos doze anos e perante a gravidade da situação económica da mãe e dos cinco irmãos, abandonou os estudos que o deveriam ter conduzido à carreira de engenheiro militar e empregou-se como praticante de escritório numa casa comercial. Continuará, no entanto, por sua conta e risco, a aprendizagem técnica que, mais tarde, lhe possibilitará, apesar da falta de grau académico adequado, assumir cargos de grande responsabilidade em empresas importantes. Embora tenha casado, aos dezanove anos, com D. Vitória de Mascarenhas Barbosa, em quem encontrará um apoio fundamental até ao fim da sua vida, não deixará de ocupar os seus tempos livres de empregado do comércio e as suas horas de sono, a devorar obras de literatura, filosofia e história, das quais faz notas e fichas que lhe permitirão, depois, escrever sobre tantas e tão variadas temáticas. Segue, aliás, a mesma metodologia quando viaja para destinos até aí desconhecidos, o que demonstra a sua multifacetada e insaciável curiosidade de investigador.

Alexandre Herculano, cuja obra o influencia profundamente, foi o seu primeiro “mestre” e quem o conduz à leitura de outros autores, Guizot, Thierry, Mommsen, Ranke, Carlyle e Michelet, que o ajudarão a moldar o seu pensamento sobre a história e o levarão anos depois, quando redige o *Portugal Contemporâneo*, a contestar a visão histórica de Herculano por falta do rigor, objectividade e imparcialidade, que a escola metódica impõe como as grandes metas da investigação histórica. No domínio da filosofia, e em função da pressão, sentida no quotidiano, das terríveis condições de vida de que sofria a maioria dos portugueses, O. Martins revela-se particularmente sensível às teses de Hegel, Proudhon, Cournot, Schopenhauer e Hartmann. Também o clima cientista, típico da sua época, não deixará de tocá-lo e o interesse que desenvolverá pelas ciências sociais não é, com certeza, alheio às pesquisas de Comte e Spencer, no campo da sociologia, e de Lamarck e Darwin, na área da antropologia.

Oliveira Martins adquirira, também desde muito cedo, o hábito de se reunir com amigos, em tertúlias frequentes que lhe permitiram, como vimos, alargar o leque das suas preocupações intelec-

tuais e, não menos determinante, o seu círculo de contactos. A célebre *Questão do Bom Senso e do Bom gosto* ¹⁷, por exemplo, possibilitara-lhe travar conhecimento com a obra de Antero e Teófilo Braga, cujo posterior convívio pessoal tão frutuoso se revelará.

Em 1867 O. Martins escreveu *Febo Moniz*, romance histórico que lhe é sugerido pela ameaça do expansionismo napoleónico sobre a Península, que ele, como português, obviamente rejeita, condenando como imoral a absorção, baseada na força, de um país por outro. Esta primeira incursão do autor pela literatura de cariz político não é bem sucedida e ele próprio, posteriormente, retirará o livro do mercado por não subscrever já a mensagem, aliás pouco clara, que ele sugeria ¹⁸, demarcando-se, como historiador preocupado com o rigor e veracidade dos factos relatados, deste "(...) *género híbrido e falso, o romance histórico (...)*" ¹⁹.

O seu interesse pelas questões políticas não será, entretanto, afectado, iniciando nessa época, a sua colaboração regular em jornais e revistas, que não abandonará até ao fim da vida ²⁰. A pri-

¹⁷ Em 1865 Castilho prefaciara o "Poema da Mocidade" de Pinheiro Chagas elogiando-o por oposição aos novos estilos protagonizados pelas "Odes Modernas" de Antero e "Visão dos Tempos" de Teófilo Braga, o que conduziu, em resposta, à redacção, por parte destes dois últimos autores, de dois panfletos, respectivamente, "Bom Senso e Bom Gosto" e "Teocracias Literárias". A este propósito Ramalho Ortigão envolveu-se em polémica com Antero, o que trouxe a este uma crescente notoriedade, pela ardente defesa da arte como devendo estar ao serviço da revolução e, conseqüentemente, pela frontal rejeição da estética ultra-romântica que traduzia o conservadorismo dos valores vigentes.

¹⁸ Como pretendemos ilustrar com as duas citações seguintes, O. Martins é pouco explícito quanto à possibilidade de compatibilizar a sua defesa do federalismo ibérico com o elogio do sentimento patriótico, que este romance histórico pretende representar: "*A fusão da nacionalidade portuguesa com o cadáver da monarquia de Carlos V, ser-nos-ia no século XIX incomparavelmente mais funesta do que o foi no século XVI: "Ontem a Espanha era um cadáver. Ligar-nos a ela era o mesmo que morrerem nós. Mas hoje não. A união, além de útil, é fatal.*" Martins, J. P. Oliveira, Lisboa, Guimarães Editores, 1958.

¹⁹ Martins, J. P. Oliveira, "História de Portugal", Lisboa, Guimarães Editores, 1957, p. 326.

²⁰ "*Quem escrevia não se podia dispensar de o fazer nos jornais. O mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa, que era quem dava os pés ao império da escrita. (...) Mais do que a subsistência a imprensa garantia ao escritor influência pública.*" Mattoso, J. "História de Portugal", op., cit., p.47 e 55.

Creemos que o imediato sucesso editorial de O. Martins confirma esta argumentação.

meira experiência tem lugar no jornal “*A Revolução*”, dirigido por Rodrigues Sampaio, onde os seus artigos veiculam as suas convicções federalistas de inspiração proudhoniana. Devido a divergências com os ideais republicanos de Luciano Cordeiro, muda-se para o “*Jornal do Comércio*”, onde publica um série de artigos sobre a Dinastia de Aviz, a que tanta importância viria a atribuir na sua obra historiográfica.

A sua vontade de intervenção política levá-lo-á das colunas dos jornais à dramaturgia, dominada pela mesma temática. “*Tragédia do Jogral*”, “*D. Afonso VI*”, “*O Abade*” e “*O Mundo Novo*”, são as peças que sabemos ter escrito mas que, provavelmente pelo carácter pouco lúdico e demasiado politizado dos temas, não entusiasmaram os empresários, o que lhe causou, na altura, uma profunda decepção como fica patente no desabafo registado numa carta dirigida a Teófilo Braga: “*Vou refundindo o meu teatro, pobre teatro que nenhum palco admitiu.*”²¹.

Em 1867 Antero fixa-se em Lisboa e torna-se o mentor do Cenáculo, tertúlia formada, sobretudo, por antigos companheiros de Coimbra e que tem como referência primordial o socialismo libertário de Proudhon²².

²¹ Braga, Teófilo, “40 Anos de Vida Literária”, apud., Saraiva A. J., “Tertúlia Ocidental”, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 18.

A este propósito A. J. Saraiva, dado que entende que O. Martins tem uma concepção historiográfica eminentemente dramática, comentará: “*Do ponto de vista psicológico são talvez significativas estas tentativas dramáticas. O drama é a acção imaginária do autor por interpostas pessoas, é um ensaio de acção heróica.*” Op., cit., pp. 32-33.

²² Pierre Joseph Proudhon. Proclamava-se anarquista, porque defendia a diluição do poder político na sociedade civil e o seu livro, polemicamente intitulado “*Qu'est ce que la propriété?*”, é um contributo fundamental para a crítica da economia capitalista, que conduz à concentração da riqueza num pequeno grupo de indivíduos. Participou activamente na Revolução de 1848, tendo sido eleito para a Assembleia Constituinte antes de ser preso pelo radicalismo das suas opiniões. Defensor da moral cristã, mas crítico das posições assumidas na actualidade pela Igreja Católica, o seu projecto social pode sintetizar-se na criação de uma sociedade igualitária e justa, o que implicaria a abolição da propriedade privada, fonte de todos os conflitos entre os homens. Acredita na resolução dos antagonismos entre a burguesia e o proletariado pela integração de todos num sistema federalista com uma economia autogestionária e descentralizada onde, abolindo o salário e a renda, o trabalho fosse fonte de riqueza e de igualdade, liberdade e justiça. A sociedade anárquica é, então, aquela que consegue conciliar a liberdade individual com a harmonia social, só possível

A revolução espanhola de 1868, pela confiança que gera no êxito dessa tentativa de criar a sociedade socialista e federalista, que Proudhon apontava como via a seguir pela humanidade, propicia o debate sobre o federalismo ibérico. O iberismo salientava as afinidades geográficas, culturais e étnicas dos povos peninsulares, com o fim de demonstrar a necessidade de estreitar as relações entre ambos, para construir, na Europa, um novo equilíbrio geo-estratégico, que garantisse a autonomia de todos os povos, inclusive as pequenas nações, como era o caso de Portugal. O. Martins escreve, a esse propósito, vários artigos em diversas publicações²³. É graças ao interesse que eles despertam nos elementos do *Cenáculo*, que realiza o sonho de estabelecer conhecimento com Antero e Eça de Queiroz, a quem ficará unido, para sempre, por uma profunda amizade. Estava-se em 1870. Com o objectivo de materializar a sua luta, travada em nome dos ideais proudhonianos de justiça e igualdade, editam "*A República*"²⁴ que, durante o breve trimestre que durou, fez campanha contra a *Regeneração Fontista*, que será alvo de análise detalhada, por parte de O. Martins, no *Portugal Contemporâneo*.

Um ano antes da Comuna de Paris, cujo fracasso porá fim às esperanças de uma vitória generalizada da revolução socialista, O. Martins, sempre pressionado pelos pesados encargos familiares, parte para Almadén, em Espanha, onde ocupará o lugar de administrador das Minas de Santa Eufémia. Ai continuará a estudar as

pela progressiva solidariedade que se instala entre os homens e que reflecte a indesmentível evolução moral.

²³ "É para a Espanha que havemos de voltar-nos. É com ela que devemos outra vez aliar as nossas forças no propósito de uma defesa comum, porque só com ela temos identidade de interesses, relações progressivamente mais entranhadas, afinidade de tradições, comunidade de alma e irmandade de história. (...) Só a aliança das duas monarquias peninsulares é estável, natural, fecunda e duradoura. Só ela é útil para Portugal e para Espanha considerados nos seus interesses particulares nacionais; sendo ao mesmo tempo o único meio de nos dar, às duas nações peninsulares, aquele papel que a natureza nos destinou para a nossa intervenção no mundo. Desligados, vegetaremos sempre miseravelmente; aliados far-nos-emos respeitar pelos mais fortes, porque estaremos entre os primeiros." Martins, J. P. Oliveira, "*Política e História*", op., cit., pp. 261-262.

²⁴ Publicação onde T. Braga não quiz colaborar, por incapacidade de compatibilizar as perspectivas positivistas sobre a sociedade, com o percurso proposto para a realização daqueles ideais.

obras dos socialistas utópicos, Owen, Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc e, sobretudo, Proudhon, enquanto escrevia para jornais e preparava os seus próprios livros sobre o socialismo. Aí, também, tomará contacto directo com as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora chegando mesmo a fundar uma escola para os filhos dos operários. Mas, como antes dele Owen, inicialmente crente nos bons resultados da filantropia patronal, também O. Martins compreende não ser possível reformar a sociedade com medidas pontuais e isoladas. Isso leva-o, progressivamente, a desinteressar-se da luta pela república, porque conclui que o que está em causa não é o regime político ²⁵, mas a criação de condições que garantam uma justiça social, que urge apressar através da revolução.

Entretanto, no *Cenáculo*, discutem-se as teses de Marx e as finalidades da Iª Internacional Operária, com o intuito da sua introdução em Portugal, o que acontecerá pela acção de Antero, que acredita ser fundamental organizar os trabalhadores e consciencializá-los da emergência da luta por uma sociedade sem classes ²⁶.

Em Maio de 1871, organizam as “*Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*”, cujo programa O. Martins também assinava, mas que, antes da apresentação da sua conferência, foram canceladas pelo governo, sob o pretexto de que atacavam a religião e a política defendidas pelo Estado. De facto, a sua finalidade era fundamental, do ponto de vista filosófico e científico, as condições que conduziriam à transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa e, em todas elas, a revolução era apresentada como a solução dos problemas debatidos. A conferência de Antero, sobre “*As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*”, para além de reforçar as teses de Herculano sobre o assunto, encerra com a frase: “*O cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o cristianismo do mundo*”

²⁵ Parece-nos clara a identificação do pensamento de O. Martins com a mensagem do “Espírito das Leis” de Montesquieu, visto que, também para Martins, “(...) pouco importa a força concreta que está no poder, já que o principal é, sim, a natureza desse Poder (...)”. Silva, A. Santos, “Oliveira Martins e o Socialismo”, op., cit., p. 21.

²⁶ Com a cisão definitiva entre Bakunine e Marx e a decorrente transferência da sede da A. I. T., de Londres para Nova York em 1872, a delegação portuguesa decaiu e, em fins de 1873, funda-se, por iniciativa de Azedo Nheco, o Partido Socialista Português, cujo programa conta com a colaboração de Antero.

moderno.”²⁷, que expressa o ponto de vista de todos aqueles que põem em causa a actuação da Igreja nos tempos modernos, em nome do verdadeiro conteúdo da mensagem de Cristo, que procuram, agora, identificar com as reivindicações socialistas de edificação de uma sociedade onde os homens sejam iguais e solidários. Também Eça de Queiroz, cuja conferência versava “*A Literatura Nova. O Realismo como Expressão de Arte*”, citava Proudhon para condenar a arte pela arte, isto é, para defender a arte engagé, no que podemos considerar um prenúncio do chamado “*realismo socialista*”, que caracterizará a política cultural dos países onde se concretizaram as revoluções de inspiração socialista.

Desta proeminência do pensamento de Proudhon nos membros do Cenáculo, resultará a definitiva cisão entre, por um lado, Antero e O. Martins e, por outro, os republicanos positivistas, na medida em que aqueles aderem, incondicionalmente, à ideia do mestre: “*A República está acima do sufrágio universal. Se compreendesseis a fórmula não reprováveis o comentário: A revolução está acima da República.*”²⁸, enquanto os segundos identificam a evolução da sociedade com a realização da democracia, que só pode ter lugar na República²⁹.

Em 1872, O. Martins publica uma obra de crítica literária, *Camões, os Lusíadas e a Renascença*, à qual Antero tecerá os mais rasgados elogios, e outra de índole política, *Teoria do Socialismo*, cuja apreciação será menos positiva, porque Antero, tal como Júlio Vilhena, discorda quer da visão negativa de Martins sobre o período medieval, quer da sua concepção de progresso, que considera demasiado próxima da perspectiva positivista³⁰. Herculano

²⁷ Apud., Saraiva A. J., “Tertúlia Ocidental”, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 45.

²⁸ Proudhon, J., “L’Idée Générale de la Révolution au XIXe siècle”, apud., Gurvitch, G., “Proudhon”, Lisboa, 1983.

²⁹ Teófilo Braga na obra “História das Ideias Republicanas em Portugal”, publicada em 1880, procura explicitar que, se não fosse a perniciosa intervenção no curso normal da história de determinados factores, nomeadamente a Igreja e a Monarquia, Portugal já teria realizado o que a índole democrática do seu povo exige, isto é, a democracia.

³⁰ De facto, O. Martins refere três momentos na evolução da humanidade, identificando o primeiro com o período religioso consubstanciado na civilização greco-romana; o segundo com o período filosófico onde as concepções abstractas substituem o panteísmo inicial e que caracteriza a Idade Média; o terceiro período, definitivo, corresponde à civilização moderna que, através da ciência, reconhece a identidade corpo/alma, natureza/espírito.

também a avalia depreciativamente como mais uma filosofia da história na linha de Vico e Herder ³¹ e sustentará, à luz das suas convicções liberais, a impossibilidade de compatibilizar liberdade e igualdade, convicção pressuposta em todo o pensamento socialista ³² e que, nesta obra, O. Martins pretende fundamentar, acentuando que a libertação do homem em relação à natureza, através do trabalho, será coroada pela libertação em relação à autoridade política, numa sociedade autogestionária.

No ano seguinte, O. Martins edita *Portugal e o Socialismo*, que pretendia ser a aplicação concreta, ao caso português, das teorias desenvolvidas na obra anterior, mas cujas reivindicações continuam a basear-se mais em princípios éticos, do que numa análise económica da situação real do país, como podemos concluir deste apelo: *“Pensa portanto; põe um momento de parte o teu egoísmo natural e justo de Indivíduo pelo qual és levado a defender até o máximo salário que podes obter pelo teu presente trabalho ou anterior; lembra-te que fazes parte de uma Sociedade, que és homem e não bruto, que entre homens tem de haver uma coisa que se chama Solidariedade, sob pena de a Sociedade se tornar uma justaposição de individualidades bestiais; penetra-te destes sentimentos, e encontrarás a verdade científica a concordar plena, completamente, com os ditames da tua consciência.”* ³³. O autor regressa, por essa altura, a Portugal para supervisionar a construção do caminho de ferro do Porto à Póvoa do Varzim, projecto que, uma vez realizado, dirigirá até 1888 e lhe dará a oportunidade de pôr em prática algumas das ideias anteriormente propostas como, por exemplo, a criação de uma Caixa de Socorros Mútuos para os trabalhadores. Paralelamente dirige, com Antero e Batalha Reis, a *“Revista Ocidental”*, na qual participa com artigos sobre temas políticos.

³¹ *“Roma construía as suas estradas, os seus monumentos com os escravos, quando o Estoicismo já dissera a escravidão um facto contra naturam, a indústria moderna move as suas máquinas com os proletários, quando o Socialismo já diz que o proletariado é um facto contra Justitiam. A civilização moderna cairá, como Roma caiu, senão ouvir os socialistas como Roma não ouviu os Estoicos.”* Martins, J. P. Oliveira, “Teoria do Socialismo”, Lisboa, Guimarães Editores, 1974, p. 267.

³² Polémica inserta in Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit. pp. 193-195.

³³ Martins, J. P. Oliveira, “Portugal e o Socialismo”, Lisboa, Guimarães Editores, 1990, pp. 163-164.

A adesão de O. Martins ao socialismo era guiada pelo ideal metafísico da Justiça, que ele pretendia fundamentar cientificamente no conceito de evolução e que se concretizava, em termos económicos e políticos, na solução federalista. As duas obras a que nos reportámos, denunciam a influência, quer da confiança nas potencialidades ilimitadas da razão humana, herdada do século das Luzes, a qual difundiu a ideia da perfectibilidade infinita do homem e da sociedade, quer do clima cientista mais recente, que fundamentava na sociologia de Spencer ³⁴ e na antropologia de Darwin ³⁵, que consistia numa concepção evolucionista do homem e da natureza. Assim, a sociedade é concebida como uma espécie em evolução permanente, que há-de conduzi-la a uma organização social onde, mercê do sistema de crédito gratuito e da livre troca de serviços, que proporcionam a solidariedade entre os homens e da ausência de qualquer autoridade exterior, que garante a igualdade entre todos, a Justiça, meta ideal de toda a evolução, se realizará.

Em 1877 O. Martins publica um folheto, que não assina, intitulado *Reorganização do Banco de Portugal*, onde acusa a eco-

³⁴ As obras de Herbert Spencer sobre os princípios da biologia, da psicologia e da sociologia, basearam-se na convicção de que a sociedade humana podia ser estudada cientificamente, visto que o comportamento dos homens era determinado pela sociedade, popularizando, assim, o ponto de vista optimista, segundo o qual, a evolução era sinónimo de progresso.

³⁵ Charles Darwin pretende corrigir a teoria da evolução do naturalista francês Jean Baptiste Lamarck (1744-1829), segundo a qual, as plantas e os animais evoluem pela necessidade de ajustamento às mudanças que, por vezes, ocorrem no ambiente em que se inserem e que esses ajustamentos são integrados, como características da espécie, pelas gerações seguintes. Darwin sustenta que as transformações se produzem por um processo natural de selecção, que ocorre, espontaneamente, na natureza e que não é determinado pelo ambiente. No seu famoso livro, "A Origem das Espécies", publicado em 1856, Darwin chama a atenção para o facto de que nem todos os indivíduos da mesma espécie são exactamente iguais mas, pelo contrário, exibem variações que tornam alguns membros do grupo mais bem adaptados do que outros, às condições ecológicas envolventes. Assim sendo, aqueles teriam mais hipóteses de sobreviver e reproduzir-se-iam em maior quantidade, o que acabaria por resultar, com o decorrer do tempo, na extinção dos menos aptos. Como corolário do que foi dito, conclui-se, então que, sempre que há uma separação geográfica de elementos, primitivamente, da mesma espécie, se desenvolvem espécies diferentes, produto da acumulação de adaptações a um nicho ecológico específico.

nomia capitalista, defensora do livre cambismo em nome dos inalienáveis interesses individuais, de conduzir a uma sociedade que agrava, progressivamente, a situação dos mais desfavorecidos, em favor de um número cada vez menor, de privilegiados. Pouco tempo depois, aceita ser proposto, por alguns membros do Partido Regenerador, como candidato a deputado. Contudo, Fontes Pereira de Melo, que ele, por várias vezes, criticara abertamente, recusou o seu nome pela sua reconhecida ligação aos ideais socialistas, gorando-se, assim, a que seria a sua primeira intervenção directa nos assuntos públicos.

Em 1878, O. Martins edita *O Helenismo e a Civilização Cristã*, obra dedicada a Antero, que tem como tema a expressão, em termos religiosos, do processo evolutivo das sociedades humanas ³⁶. Começando por estabelecer um paralelo entre a mitologia dos gregos pré-homéricos e a mitologia dos povos semitas antes dos judeus, através das figuras de Prometeu e Job, o livro mostra como ambas reflectem um idêntico estado moral, ou seja, uma comum percepção do antagonismo existente entre o mundo divino e o dos homens, conflito que cada povo resolve de acordo com o génio próprio da sua raça, o que permitirá ao autor, através do exemplo referido, provar a incontestável superioridade da raça helénica. Com efeito, ele sublinha o contraste entre o heroísmo de Prometeu ao rebelar-se contra a injustiça divina, em nome da liberdade humana e a submissão humilde e resignada de Job à mesma cruel e injustificada injustiça. Esta análise comparativa prossegue, debruçando-se sobre o período áureo das duas civilizações e sobre as causas políticas, sociais e económicas que, num caso, conduziram à decadência dos valores clássicos e, no outro ao messianismo, o qual espelha bem o desespero de uma sociedade, que só encontra saída na exigência de um Salvador. Adoptando a visão dialéctica hegeliana, O. Martins interpreta o credo cristão, que inaugura a civilização moderna, não como continuação do Helenismo ou do Judaísmo, mas como síntese conciliadora de elementos opostos desses dois sistemas. Comparando o Império de Napoleão ao de

³⁶ A questão religiosa foi uma temática de capital importância no século XIX e Antero dedicara-lhe o seu primeiro e controverso panfleto, em 1865, assumindo a "Defesa da Encíclica de S. Santidade Pio IX", que tinha sido, contundentemente, atacada, nos jornais, por vozes oriundas de diversos quadrantes políticos.

Alexandre, salienta que, na Antiguidade como hoje, os grandes problemas residem na substituição do direito pela utilidade, da igualdade pelo egoísmo, da liberdade pela força. Tal como então, a questão religiosa aparece a O. Martins como aquela de cuja resposta depende ultrapassar ou não, o estado de anarquia moral dominante em ambas as épocas. Ignorar a importância da religião, substituindo o Deus da teologia pela autoridade cega da matéria é, na opinião do autor, o imperdoável erro da filosofia positivista. As ciências não precisam, nem podem, negar a realidade absoluta de Deus sob pena de destruírem a moral. Devem apenas pronunciar-se contra a sua representação como realidade fenomenal intervindo, através do milagre, na ordem natural dos acontecimentos, visto que o assentimento a essa concepção, negaria, evidentemente, a possibilidade do pensamento científico.

Na mesma altura O. Martins publica, também, um opúsculo de intervenção política, *As Eleições*, de marcada influência proudhoniana no que diz respeito às críticas formuladas ao liberalismo, mas onde se distancia do mestre quanto à defesa do federalismo como forma de dissolução do Estado. Este é visto, numa perspectiva mais próxima das posições hegelianas, como garante da eticidade não atingível pela, intrinsecamente conflituosa, sociedade civil. O poder do Estado que, de início, reivindicou uma origem divina, emana não dos homens que, enquanto considerados individualmente, são uma abstracção, mas da sociedade, que é a realidade concreta onde se exprimem³⁷. Esta não é, portanto, um mero somatório de indivíduos, que agem de acordo com os seus interesses particulares, da conciliação dos quais se espera que resulte a harmonia do todo, mas um organismo que, como qualquer outro, é constituído pela conjugação apropriada dos vários órgãos que a formam. Assim, *“A reunião desses órgãos constitui a sociedade, e o Estado que a exprime sinteticamente, tem de formar-se por emanação ou delegação de cada um deles.”*³⁸. Estamos perto da descrição que Hegel

³⁷ *“A hipótese de uma autoridade inata nos homens venceu a hipótese anterior de uma autoridade transcendente. (...) A soberania popular é, portanto, uma abstracção metafísica, e na esfera das realidades concretas só há soberania onde há inteligência; e a inteligência e a soberania provém da actividade social dos homens (...)”* Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., pp. 295-296.

³⁸ Id., ibidem p. 307.

faz, nos *Princípios da Filosofia do Direito* ³⁹, da forma que convém ao Estado racional e está, por conseguinte, posto em causa o princípio do sufrágio universal por, supostamente, não encontrar fundamentação científica nem na biologia nem nas ciências sociais.

Como Rousseau salientara no *Contrato Social*, as nações modernas, dada a enormidade da sua extensão, não podem contemplar a hipótese da democracia directa que, aliás, mesmo na Grécia clássica, só existiu apoiada numa estrutura social escravagista, sexista e xenófoba, que limitava a um número muito reduzido de indivíduos, o estatuto de cidadãos. Daí que, contra o que pareceria, no imediato, mais lógico, o filósofo que fundamenta o conceito de *soberania popular*, não seja um democrata ⁴⁰.

Ao pôr em causa a representatividade do voto individual, que requer a existência dos partidos como mediadores entre os indivíduos e o Estado, O. Martins levanta a questão, sempre pertinente por insolucionável, da ausência de controle que cada um dos votantes tem, sobre aqueles a quem entrega a tarefa de os representar na Assembleia. Este ataque à democracia representativa, cuja legitimidade radica, exactamente, no princípio igualitário que se exprime pelo sufrágio universal, fundamenta-se, ainda, na argumentação de raiz socialista que denuncia a igualdade política como uma farsa destinada a iludir, pela legalidade formal, a desigualdade económica e social mas, ao mesmo tempo, reedita a clássica perspectiva platónica, que salientava a injustiça do princípio quantitativo, o qual, ao valorizar o consenso resultante das paixões e interesses mesquinhos dos ignorantes cidadãos comuns,

³⁹ “Diz-se que todos os indivíduos isolados deverão participar nas deliberações e decisões sobre os assuntos gerais do Estado porque todos são membros do Estado, os assuntos do Estado a todos dizem respeito, todos têm o direito de se ocupar do que é o seu saber e o seu querer. Tal concepção, que pretende introduzir no organismo do Estado o elemento democrático sem qualquer forma racional obliterando que o Estado só é Estado por uma forma racional – afigura-se muito natural porque parte de uma determinação abstracta (...). O Estado concreto é o todo organicamente dividido em círculos particulares; o membro do Estado é membro de tal ou tal ordem, e só com esta determinação objectiva poderá ser ele considerado dentro do Estado.” Hegel, “Princípios da Filosofia do Direito”, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 260.

⁴⁰ “Se houvesse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Um governo tão perfeito não convém a homens.” Rousseau, Jean-Jacques, “O Contrato Social”, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d, p.70.

marginaliza a evidência da verdade só ser acessível à minoria dos intelectuais ⁴¹.

Assim, como salienta A. J. Saraiva ⁴², O Martins opta, segundo a doutrina do socialismo catedrático de Laveleye ⁴³, pela “democracia orgânica”, apoiada num Estado forte e providencial: “*A futura república não será a quimérica cidade do comunismo, será porém, (...) uma federação de fábricas organizadas cooperativamente e uma congregação de lavradores proprietários arando a terra isolada ou associadamente (...), será ainda um sistema de grêmios das profissões chamadas liberais; será finalmente, um Estado, senhor do domínio colectivo, dispensando todos os serviços públicos, instrução, a higiene, a viação, o crédito, a polícia, a protecção dos pobres e dos nus, com os recursos que lhe dão a renda do domínio colectivo (...) e o imposto na sua distribuição justa(...).*” ⁴⁴.

Na mesma época O. Martins ganha a medalha de ouro num concurso promovido pela Academia das Ciências de Lisboa, ao qual concorre com um trabalho sobre o melhor sistema de *Circulação Fiduciária*, que dará título à obra, e onde explica, aqui utilizando critérios eminentemente económicos, porque é nefasto para a sociedade o livre cambismo, que conduz inevitavelmente a uma especulação incontrolada o que só pode traduzir-se numa economia ruínosa. Este reconhecimento público dos seus méritos intelectuais servir-lhe-á de consolo para aceitar com maior resignação, a inviabilidade da sua candidatura, como independente, às eleições de 1878, facto que, no entanto, não terá deixado de contribuir para o desencanto com que encara a actividade política ⁴⁵.

⁴¹ Platão, “A República”, (560c-564b), trad., M. H Rocha Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

⁴² O autor defende que esta proposta de eleições com base numa representação nacional por classes, funções sociais ou instituições, a qual conduziria à extinção dos partidos políticos por desnecessários, pode entender-se como uma inspiração da Câmara Corporativa criada pela Constituição de 1933. Saraiva, A., J., “Tertúlia Ocidental”, op., cit., pp. 197-205.

⁴³ O. Martins cita Emile de Laveleye (1809-1897), socialista belga, que na obra de 1874 “Proprieté et ses Formes Primitives”, defendia acerca das leis económicas de repartição e consumo, posições que mereciam o seu acordo e que ele resumia na frase: “Um poder forte no seio de uma sociedade livre.” Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., pp. 314-315.

⁴⁴ Id., ibidem., p. 279.

⁴⁵ “*A política é um combate de forças egoístas e cegos: os sentimentos só mais tarde acordam na posteridade e a gratidão dos povos só se define, pas-*

Em 1879, O. Martins, motivado pela clássica convicção de que as mudanças no poder político precisam alicerçar-se numa melhor educação do indivíduo comum e de que essa acção pedagógica é tanto mais premente quanto mais democrático for o regime, envia a Antero o Programa da “*Biblioteca das Ciências Sociais*”, que este aprova e remete para a Bertrand, para ser editada como um conjunto de obras de divulgação, destinadas não a eruditos, mas ao público em geral tão necessitado de uma maior ilustração no domínio das recentes ciências sociais ⁴⁶.

A colecção deveria integrar quatro partes distintas, subordinadas a épocas lugares diferenciados: a Pré-História, a História, a Civilização Peninsular e as Sociedades Contemporâneas. E, logo nesse ano, saem duas obras sobre a terceira dessas partes: *História da Civilização Ibérica e História de Portugal*.

A primeira, não por acaso dedicada a um espanhol, D. Juan de Valera, é uma apologia da Península que, como já referimos, O. Martins considera ser, apesar de formada por duas entidades políticas independentes, uma unidade geográfica, social e cultural com uma especificidade muito peculiar e com um valor muito relevante no contexto mundial. A finalidade da obra é explicitar o destino da Ibéria à luz das leis históricas que presidem ao desenvolvimento de qualquer civilização e, por esse meio, esclarecer, simultaneamente, como se forma o “*génio*” peninsular e quais as causas que estão na origem do facto de, a partir do século XVI, não mais se ter afirmado como potência de relevo na conjuntura internacional. Justificando a sua opção pelo iberismo, O. Martins pretende demonstrar que, sendo a Península um único corpo animado pelo mesmo espírito, não poderia sobreviver, se os dois países que a integram, persistissem na cegueira de não o compreenderem, ao invés de tenta-

sadas as crises, erguendo estátuas e instituindo festas.” Martins, J. P. Oliveira, “O Brasil e as Colónias Portuguesas”, Lisboa, Guimarães Editores, 1978. p. 102.

⁴⁶ “E o triste em Portugal, e acaso o primeiro motivo da fisionomia singular da Nação, é a ignorância, ou, pior ainda, a ciência desordenada nas classes médias. Todos sabem de que género é a educação secundária; todos sabem o que é a instrução superior, em tudo o que diz respeito às profissões técnicas (...). O proprietário é, em geral, iletrado o capitalista é brasileiro. A fortuna dos ricos, a sorte dos pobres, vão sendo guiados por uma coisa pior ainda do que a ignorância – a ciência falsa, pedante sempre.” Martins, J. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, vol 11, op., cit., p. 297.

rem, em conjunto, fazer valer as suas potencialidades na nova Europa, que precisam ajudar a construir.

A *História de Portugal* aparece, pois, como um complemento da *História da Civilização Ibérica*, onde O. Martins se debruça, particularmente, sobre uma das duas nações que compunham o ser orgânico que era a Península.

É frequentes vezes sublinhado, por diversos comentadores da sua obra, o pessimismo que perpassa no retrato do seu país ⁴⁷ e que contrastaria com a esperança no futuro da Península, que expressara na obra escrita poucos meses antes. No entanto, e como o próprio Antero aventava, a forma ríspida e dura como O. Martins julga Portugal, tem o propósito consciente de chocar os seus conterrâneos para, pelo radicalismo negativo da análise, poder acordar o país a tempo de acompanhar o progresso europeu. Não é, certamente, sem intenção, que O. Martins começa por afirmar ver na História uma “(...) lição de moral.” ⁴⁸ Ora, as lições têm sempre por objectivo ensinar, atitude que pressupõe a convicção de que é possível aprender. Da mesma maneira, não é sem um intuito específico que termina a obra de uma forma inconclusiva, colocando uma pergunta: “*Continua a decomposição natural (...) ou presenciamos um fenómeno de obscura reconstituição (...) crepitará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?*” ⁴⁹. Não vemos, pois, aqui, uma manifestação de pessimismo, mas um alerta de alguém que lamenta não termos ainda encetado, depois do período áureo das Descobertas e das trágicas consequências que delas advieram, a transformação radical necessária para reanimar a debilitada alma nacional. Como Guilherme de Oliveira Martins tão bem resume, “A *“História” revela, afinal, o drama de uma geração dividida entre o passado e o futuro, consciente da necessidade das novas ideias e sabedora das resistências práticas à sua aplicação.*” ⁵⁰.

Ainda no mesmo ano, O. Martins escreve a terceira obra da “*Biblioteca das Ciências Sociais*”, que intitula *O Brasil e as Colónias Portuguesas* e que aduz um novo argumento à mensagem, de

⁴⁷ “(...) o verdadeiro Portugal beato, soez, violento e ridículo.” Martins, J. P. Oliveira, “História de Portugal”, op., cit., p. 488.

⁴⁸ Id., ibidem, p. 7.

⁴⁹ Id., ibidem, p. 570.

⁵⁰ Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., p. 38.

índole iberista, do seu primeiro livro sobre a temática histórica: “O dualismo histórico da Europa reproduzia-se no Ultramar; e a América do Sul, conquistada para a Península Hispânica, mostrava uma civilização latina ao lado da saxónia do continente setentrional do Novo Mundo. Eminentes representantes do génio latino nos tempos modernos, criávamos na América um grupo de nações representantes e testemunho da nossa esplêndida embora curta acção na História.”⁵¹.

Nesta obra, O. Martins debruça-se sobre a questão colonial para concluir que, ao contrário do que acontecera com as conquistas, consideradas na *História da Civilização Ibérica*, como um dos três grandes factores da decadência e exaustão a que Portugal chegara no seu tempo, os portugueses revelaram um grande talento para a tarefa de colonizarem os territórios descobertos: “Tão incapazes e infelizes provaram ser numa empresa, como aptos e afortunados se mostraram na outra.”⁵². E, se algum entrave essa missão colonizadora sofreu, continua a ser aos Jesuítas, outra das grandes causas da decadência peninsular, que imputa a responsabilidade do facto: “Apesar dos embaraços que as missões criavam ao desenvolvimento do Brasil; apesar do evidente propósito de o ver transformado num sistema de aldeias de índios baptizados e cretinizados, sistema dentro do qual não haveria lugar para a colonização livre, por ela não poder ter braços que a servissem (...) a colónia caminhava a passos largos no desenvolvimento da povoação, da riqueza e da exploração interior.”⁵³.

O. Martins, no estilo pragmático e realista a que nos habituou, compreende e aplaude o desejo de independência do Brasil, entendendo que as enormes potencialidades que revela como nação, só devem provocar em nós um legítimo orgulho pelo trabalho desenvolvido enquanto potência colonizadora: “Como as aves, aconchegadas no ninho sob as penas da mãe, esvoaçam para a liberdade, logo que as asas começam a agitar-se: assim os filhos de uma nação querem também a liberdade, desde que sentem em si borbulhar os alentos de uma individualidade nova. A independência dos filhos nunca foi hostilidade para com os pais, senão quando estes insen-

⁵¹ Martins, J. P. Oliveira, “O Brasil e as Colónias”, op., cit., p. 87.

⁵² Id., ibidem, p. 10.

⁵³ Id., ibidem, p. 38.

satamente pretendem prolongar uma dependência anacrônica. Na vida dos filhos se continua e se prolonga a vida dos pais (...). Termina aqui a história do Brasil colônia. A obra da nação portuguesa acabou; e, apesar de tudo, essa obra foi a melhor que ela deixou à História, uma das melhores que as sociedades da Europa cometeram."⁵⁴.

Quanto às restantes colônias portuguesas a sua visão é bastante menos animadora, mas igualmente lúcida e desapiedada. Veja-se: *"Para a economia da Nação portuguesa e para o futuro colonial, a Índia, e todas as mais possessões orientais, importam coisa nenhuma (...). Macau encontra-se em condições semelhantes. (...) É evidente que, se amanhã a China ou a Inglaterra quisessem para si Macau ou Goa, seria loucura gastar a vida de um só homem para tentar a empresa de as conservar com as armas. (...) Timor não é coisa nenhuma (...). Nem temos o poder com que a Holanda subjuga os indígenas; nem que o tivéssemos, valeria a pena desperdiçá-lo na metade de uma ilha pequena, perdida nos confins do mundo, encravada no império oriental holandês."*⁵⁵. Embora, por de mais vincada, a actualidade do pensamento martiniano e não querendo, por isso, insistir nesse tópico, não resistimos, independentemente do acordo com os argumentos por ele apresentados, por um lado, lamentar, em face das desastrosas consequências das opções políticas, que actuaram à revelia da sua opinião, o doloroso fracasso que, em épocas diversas e sob regimes diferentes, conheceram as decisões tomadas acerca de Goa e Timor. Por outro lado, e a dois anos da nossa retirada de Macau, com todos os debates que esse facto tem proporcionado, não conseguimos evitar, mais uma vez, dar a palavra a O Martins: *"(Macau) É uma cidade chinesa governada por mandarins nossos. (...) é uma casa de jogo (...) Nem a emigração, a não ser de empregados públicos, nem o comércio, estabelecem relações cujo valor seja lícito discutir."*⁵⁶.

Quanto às colônias africanas a sua perspectiva não é tão radicalmente negativa, mas o autor destaca as grandes dificuldades que se levantam a Portugal como nação colonizadora, visto que essa empresa, para ser bem sucedida, isto é, compensadora, exige gran-

⁵⁴ Id., ibidem, pp. 51 e 90.

⁵⁵ Id. ibidem, pp. 164 -166.

⁵⁶ Id., ibidem, pp. 164-165.

des recursos industriais e económicos que, de modo algum, o país possui e nem sequer parece interessado em criar, por não se aperceber que disso depende o seu futuro: “*Ora nem para sábios administradores nem para guardas pacientes nos fadou a Natureza.*”⁵⁷.

Em 1880, Teófilo Braga lançou a ideia da Comemoração do Tricentenário de Camões, que deveria funcionar, também, como forma de protesto contra a política do país. Apesar de comungar das dúvidas que os socialistas tinham acerca do abusivo aproveitamento que os republicanos pudessem fazer das celebrações⁵⁸, O. Martins adere à ideia porque as julga como justas em si: “*O culto que prestamos aos grandes homens é um culto à humanidade*”⁵⁹. Entretanto, aceita presidir à recém criada Sociedade de Geografia Comercial do Porto, que se propõe fornecer os conhecimentos necessários para ajudar empresários, emigrantes e políticos, que precisem de possuir informações rigorosas sobre as condições físicas e sociais das regiões onde iriam viver e trabalhar. É a progressiva passagem de O. Martins da acção teórico-pedagógica para uma intervenção mais directa na sociedade, ainda que, para já, apenas sob a forma de um relatório sobre a precária situação industrial do norte do país que, na sua opinião, urge inverter, através de uma política proteccionista por parte do governo.

Nesse mesmo ano e depois de assistir, em Lisboa, a um Congresso Antropológico, escreve *Elementos de Antropologia*, obra com que pretende chamar a atenção do grande público, para uma ciência tão importante para a compreensão da natureza humana⁶⁰ e, conseqüentemente, para o correcto entendimento das realizações do homem na história, bem como das soluções sociais e políticas mais adequadas ao seu progressivo desenvolvimento.

Não podemos deixar de salientar que O. Martins, tendo embora

⁵⁷ Id., *ibidem*, p. 198.

⁵⁸ Os republicanos usavam as datas comemorativas da evocação das grandes figuras da nossa história, Camões, Vasco da Gama, Pombal, para, com esse pretexto, acentuarem o contraste entre os períodos de glória que já viveramos e a fase de decadência actual de que seria responsável a Dinastia de Bragança e à qual, portanto, só se poderia pôr cobro arredando, definitivamente, a monarquia do poder.

⁵⁹ Carta a Ramalho Ortigão in “Correspondência de O. M.,” apud, Martins, G. O., “Oliveira Martins – Uma Biografia”, op., cit., p. 100.

⁶⁰ “(...) *saber quem somos é a nossa primeira obrigação.*” Martins, J. P. Oliveira, “Elementos de Antropologia”, Lisboa, Guimarães Editores, 1987, p. 10.

aderido à teoria evolucionista, não a considera incompatível com uma visão finalista do universo e da história. Eis a sua opinião acerca do assunto: “A ideia da unidade de um princípio criador, hoje expresso pela palavra força, teve sempre um carácter axiomático; essa unidade exigia também um plano, e o plano um progresso nos termos sucessivos da criação. (...) Desde que, porém, o princípio de unidade foi chamado ao foro da natureza, sob o nome de força imanente nas próprias coisas, surgiram embaraços (...). A reacção contra o providencialismo arrasta frequentemente espíritos os mais perspicazes a negar a necessidade e a realidade da noção de plano. Ao mesmo tempo, contudo, reconhecem todos um incontestável progresso na sucessão das formas criadas e nos modos sucessivos de manifestação da força criadora. Ora a razão não pode conceber a ideia de um progresso sem a noção prévia de um plano. Que ele seja providencial (...) não é já lícito admitir. Que o progresso se manifesta (...) é já impossível negá-lo.”⁶¹ Rejeitando o criacionismo bíblico⁶² em favor das “provas irrefutáveis” que as teorias de Darwin, Haeckel e Lyell, entre outros, tinham trazido a lume, O. Martins descreve a evolução natural do Universo desde a permanente transformação da Terra que, tal como, posteriormente, as sociedades, o autor considera fruto de um processo evolutivo e revulsivo donde o acaso não está, contudo, afastado, até ao aparecimento do homem, que resulta da evolução das espécies. Porém, se a origem é comum, já que O. Martins fala do pitecantropo, animal sem fala, que terá habitado a mitica Lemúria (região que ligava os continentes da Ásia, África e Austrália), a partir da altura em que se dispersa pelo globo, dará origem a doze diferentes raças *naturais*, assim designadas na medida em que são, ainda, totalmente dependentes da natureza envolvente, mas que se desenvolvem separadamente, como o comprovam as várias linguas que inventaram para exprimir-se.

Assim, podemos ler que “(...) o domínio da antropologia termina quando a história começa. Desde que o homem vive em sociedade, a acção das condições do meio ambiente e a dos agentes artificialmente criados pela vida nova que o homem criou para si, são muito mais enérgicas do que quaisquer outras. Os caracteres zooló-

⁶¹ “A invenção dos homens (...) não consiste em criar do nada coisas absolutamente novas(...)” Id., ibidem, p. 32.

⁶² Id., ibidem, p. 162.

gicos subalternizam-se.(...) a Antropologia, que nos dava a chave da ciência do homem até então, cede o lugar à Etnologia”⁶³. Com esta ciência se inaugurava o sistema das ciências sociais, que O. Martins analisava na obra publicada em finais desse ano, *As Raças Humanas* e a *Civilização Primitiva*, a qual prenunciava o seu mais importante estudo de divulgação científica, *Quadro das Instituições Primitivas*, publicado em 1883 e, através do qual, tentava descrever a marcha da humanidade como um percurso feito em direcção à concretização de sociedades, progressivamente mais livres e igualitárias. Das relações poliândricas e poligâmicas à consagração da família monogâmica; do comunismo agrário à propriedade familiar e individual; da anarquia inicial à fundação das cidades; da monarquia aos regimes oligárquicos e à luta das plebes pela democracia, a história mostra obedecer a leis que, como as biológicas, se orientam para um progresso que leva do instinto à razão, e da vida colectiva anónima à afirmação da personalidade individual. Resta encontrar uma fórmula que permita conciliar, sem prejuízo de nenhuma das partes, o interesse de todos com o desejo particular. Já sabemos desde a *Teoria do Socialismo*⁶⁴ que, para o autor, é ao Estado que cabe essa missão. Estava-se já no domínio da Nomologia, isto é, “(...) a ciência que trata das criações racionais e jurídicas, e por isso do princípio activo e eminente da existência das sociedades cultas.”⁶⁵.

Sintetizando a visão de conjunto transmitida pelas três últimas obras referenciadas, podemos dizer que, segundo O. Martins, das primitivas raças naturais que constituem a espécie humana, se originaram trinta e seis sub-raças, que designa por “históricas”, visto que os seus caracteres distintivos resultaram da adaptação a meios físicos muito diversos e que estes, como Montesquieu tão pormenorizadamente esmiuçara na obra *Espírito das Leis*, condicionam as instituições religiosas, culturais, jurídicas e sociais criadas pelo homem, as quais reflectem e, ao mesmo tempo enformam, a sua

⁶³ Id., *ibidem*, pp. 158-159.

⁶⁴ “De todos os tempos é a intervenção dos governos maior ou menor, nos actos da vida económica das nações. A teoria dos economistas livre-cambistas, pela qual o Estado tem de ser indiferente e alheio ao movimento industrial e comercial de uma nação, é refutada pela História ao mesmo tempo que o é pela razão.” Martins, J. P. Oliveira, in op., cit., p. 241.

⁶⁵ Martins, J. P. Oliveira, “Elementos de Antropologia”, op., cit., p. 160.

maneira de ser, sentir e pensar. É assim que aparecem os “povos” que, por sua vez, estão na base de organizações políticas autônomas. Deste complexo processo evolutivo, que radicava na selecção natural e sexual e no condicionalismo mesológico, não retirava o autor quaisquer ilações de indole determinista, já que salientava que as condições, mais ou menos favoráveis, apenas aceleravam ou refreavam as potencialidades de cada raça, as quais eram, em si, incontestavelmente diferentes. Daí, por um lado, a sua contestação ao optimismo universalista das filosofias da história do século XVIII e, por outro, a importância que atribuía à comprovação da filiação do povo português no ramo ariano da raça indo-europeia que, do seu ponto de vista, revelava uma enorme superioridade sobre todas as outras.⁶⁶

Ainda em 1881 é publicado um dos mais polémicos e, mais tarde, aplaudidos livros de O. Martins, *O Portugal Contemporâneo*, cuja 2.^a edição será dedicada à memória de Anselmo Braancamp e que, de acordo com o autor, pretendia ser uma neutral, ainda que apaixonada, análise do período de, aproximadamente cinquenta anos, decorrido entre a morte de D. João VI em 1826 e o movimento da Janeirinha de 1868. Tal como fizera na *História de Portugal*, O. Martins narra os acontecimentos, centrando-os nas personagens que considera paradigmáticas da maneira de ser e pensar dos vários quadrantes da nação: D. Miguel, o herdeiro da tradição reaccionária; D. Pedro, o herói da guerra civil; Passos Manuel, o revolucionário idealista; Herculano, o romantico moralista; Mouzinho da Silveira, o reformador democrático. Todos tenta descrever com isenção, isto é, apontando em cada um, as virtudes e defeitos, componentes de todo o ser humano real, irredutível a qualquer simplismo cromático ou maniqueísmo axiológico. É este escrúpulo exagerado, na opinião dos críticos, que lhe valerá a reprovação quase unânime com que é recebida a obra. Não ter conseguido o

⁶⁶ “As guerras com os indigenas da América e da África representam na história o que ela teria presenciado (se já houvesse história nesses tempos remotos) nas invasões da Europa pela raça branca. Nesta luta contra os aborígenes, vê-se o processo pelo qual a natureza, forçando a uma selecção, foi gradualmente desenvolvendo a capacidade e o império dos seres superiores. (...) só as ideias espiritualistas do catolicismo, então dominante, podiam levar à afirmação de que, entre essas raças acobreadas ou negras e a raça branca, não havia essenciais diferenças.” Martins, J. P. Oliveira, “O Brasil e as Colónias”, op., cit., pp. 29 e 53.

aplauso de nenhuma das várias tendências partidárias da sua época, deixa-lhe, pelo menos, a certeza de ter atingido o objectivo que se propusera: ser imparcial.

Reiterando os ideais democráticos, que sempre defendera ⁶⁷, insiste na necessidade da evolução não apenas económica, mas social e cultural para a atingir: "*Enriquecer é excelente, mas é apenas um meio: quando se torna um fim é péssimo. Antes pobres com ideias e carácter, do que chatins vulgares e cheirosos. Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso moral e intelectual*"⁶⁸. O. Martins reconhece que o movimento liberal foi o responsável pela institucionalização de algumas liberdades inexistentes sob os regimes absolutistas, mas responsabiliza-o, também, por ter fundamentado a sua política num critério economicista, que conduz ao lamentável engano de identificar o progresso com a melhoria das condições materiais ⁶⁹. Mais grave ainda, o pressuposto teórico liberal que radica no chavão benthamiano da *maior felicidade possível para o maior número possível*, assenta numa concepção atomista da sociedade que, além de falsa, foi incapaz de gerar um consenso nacional que trouxesse a tão almejada estabilidade social e política a Portugal. Tal como o jacobinismo, o liberalismo falhara a tentativa de revitalizar a nação. Também estarão condenados ao malogro os propósitos democratizantes da Revolução de Setembro, que percebera não decorrer a liberdade do exercício das vontades particulares, mas da expressão da vontade geral na feliz expressão de Rousseau, que salienta a diferença entre esse conceito e a vontade de todos ⁷⁰.

Em 1884, O. Martins é nomeado, por António Augusto Aguiar,

⁶⁷ "Encontre-se o povo no estado de cultura moral e intelectual para compreender e querer a democracia e vê-la-eis sistema. Antes não." Martins, J. P. Oliveira, "Política e História"; op., cit., p. 7

⁶⁸ Id., ibidem, p. 7.

⁶⁹ De facto, a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa garantia, desde 1834, que o governo, embora nomeado pelo rei, teria de fazer aprovar os impostos e as leis no Parlamento, eleito pelos cidadãos, a quem eram reconhecidas as fundamentais liberdades individuais exigidas pelo pensamento liberal: os direitos de propriedade, associação, expressão e religião.

⁷⁰ "Há muitas vezes grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral; esta não olha a outra coisa que não seja o bem comum, enquanto a outra olha ao interesse privado e não é mais do que a soma de vontades particulares(...)." Rousseau, "O Contrato Social", op., cit., p. 33.

director do Museu Industrial e Comercial do Porto, cargo que exerce sem qualquer remuneração, e simultaneamente, publica *Tábuas de Cronologia*, antecedidas da *Teoria da História Universal*. Este é um conceito que procura debater com a finalidade de explicitar que só fará sentido empregá-lo, quando os Arianos tiverem alargado o seu domínio a todo o mundo. Escreve, também, um opúsculo, não lançado no mercado, de teor económico intitulado *O Empréstimo Português de 1832*.

Nos finais desse mesmo ano, cansado de se remeter ao papel passivo e vão de diagnosticar os males da sociedade, através de uma crítica acutilante e impiedosa, mas não actuar no sentido de providenciar a cura, O. Martins decide mergulhar na actividade política com o objectivo de contribuir para a implantação de reformas financeiras e sociais, que lhe pareciam inadiáveis. Foi o Partido Progressista que lhe pareceu ser a escolha mais acertada para o conseguir, até porque já colaborara na secção literária de um periódico, "*Novidades*", criado por algumas das mais proeminentes figuras do Partido. Obtida a autorização do lider partidário, Anselmo Braamcamp, passou a emitir a sua opinião em matérias de teor político e, em Janeiro de 1885, assina o artigo "*Quem faz os republicanos*", onde advoga a opção política proposta pelo Partido Progressista como a única alternativa a dois radicalismos, o fontismo e o republicanismo, que dividiam o país e se mostravam igualmente perniciosos, porque nenhum deles tinha sido capaz de moralizar o governo. O desenvolvimento económico, tentado pela política fontista, acarretara a contracção sistemática de empréstimos ao estrangeiro, que implicaram o agravamento permanente dos impostos, empobrecendo a população sem conseguirem equilibrar as finanças ou incrementar as indústrias, ou seja, resolver os graves problemas sociais com que o país se debatia.

O Partido Progressista nascera em 1876 da coligação entre o Partido Histórico de Anselmo Braamcamp e o Partido Reformista de Alves Martins. Três anos depois entrara em grave crise interna, devido ao afastamento do poder a que ficara remetido desde então. A recém criada facção centrada no Porto, designada por *Vida Nova*, e da qual O. Martins assume a vice-presidência apoiado pelos seus companheiros da Sociedade de Geografia Comercial, agrava as tensões internas. De facto, o seu projecto, cujo manifesto é a obra de O. Martins, *Política e Economia Nacional*, que, no essencial, é um

conjunto de artigos, publicados pelo autor no “Jornal do Comércio”, durante a campanha de 1882, demonstra, claramente, a simpatia pela direcção política imprimida na Alemanha por Bismarck, preconizando assim, para as instituições políticas portuguesas, um semelhante reforço do poder do rei e do executivo face ao legislativo, de modo a evitar a permanente rotatividade governamental, que agravava a instabilidade social e penalizava a já degradada situação financeira ⁷¹. Em resumo e em concreto, eis as principais medidas que reclama: “(...) *aumentar a área cultivada do Reino (...); reformar as pautas aduaneiras (...); promulgar um código do trabalho fabril (...); federar as instituições de socorros mútuos existentes (...); fomentar a organização de sociedades cooperativas de consumo, de crédito de seguros, etc.; reformar o código comercial (...); fomentar as pescarias e as indústrias de preparação do peixe (...); restaurar a marinha mercante e a construção naval (...); fixar um sistema de exploração das colónias, aplicando a cada qual o regime adequado (...)*” ⁷² Este último ponto é o que provoca mais controvérsia dentro do Partido. Enquanto O. Martins considerava insustentável a manutenção do nosso enorme e pouco povoado império colonial, devido à citada exaustão económica do país e à ausência de frota mercante e marinha de guerra, recomendando que Portugal concentrasse em Angola o seu esforço de desenvolvimento e negociasse a exploração das outras colónias, outros importantes membros do Partido, como Barros Gomes e Luciano Cordeiro, defendiam a ocupação dos territórios entre Angola e Moçambique, o chamado “mapa cor-de-rosa” ⁷³. Assim, o protagonismo que Martins vai conquistando dentro do Partido é muito

⁷¹ “A monarquia prussiana, cesarismo apoiado nas plebes (como todos os cesarismos) com as tradições recentes da ditadura de Stein não era antipática ao movimento (operário). Bismarck converteu-se ao novo cristianismo como os patrícios romanos do império antigo, e daí nasceu o socialismo autocrático, imaginando resolver os problemas por meio de leis de protecção e da organização de uma caridade oficial sem limites. (...) Pela nossa parte, também socialistas catedráticos quanto ao processo político, (...) a democratização da riqueza e do governo tem de ser efectuada por via de uma iniciativa governativa, para a qual os próprios interessados são os únicos instrumentos adequados.” Martins, J. P. Oliveira, “Política e Economia Nacional”, Lisboa, Guimarães Editores, 1992, pp. 85 e 90.

⁷² Martins, J. P. Oliveira, “Política e Economia Nacional”, op., cit., pp. 28-29.

⁷³ Em 1884 realizara-se a Conferência de Berlim, cujo Acto Geral, revogava

contestado por vários correligionários e só se sustenta pelo apoio que lhe demonstra Anselmo Braamcamp. A sessão pública em que o autor, em Abril de 1885, apresenta a sua adesão ao Partido Progressista, sublinhando que ela não expressa qualquer renúncia aos seus antigos ideais, justifica-se porque, como sempre pensara, a questão formal do regime não era o mais importante, sendo sim determinante para o progresso do país, as medidas tomadas pelos governos. Sobre essas, reafirma ele ter ideias muito claras e definidas, as quais lhe parece ser esse Partido, o mais disposto a apoiar e concretizar.

É evidente que os ataques dos regeneradores e dos republicanos não se fizeram esperar, uns temerosos do “socialista”, outros escandalizados com o “traidor”. Ambos, espantados com a sua decisão de aderir a um dos partidos do regime e, na opinião de O. Martins, incapazes de compreender a urgência da transformação da sociedade portuguesa, para a colocar na senda do progresso. O grupo do Cenáculo, os seus amigos de sempre, defenderam-no acaloradamente e Antero partilha do pragmatismo martiniano, acentuando que o que interessa são as medidas propostas e não os ideais em nome dos quais são recomendadas. Porém, o reconhecimento da honestidade intelectual, das boas intenções e das capacidades de O. Martins, aliadas ao seu profundo conhecimento da realidade portuguesa, (perguntaríamos nós, apesar disso ou por isso mesmo?) não são suficientes para se mostrar confiante no êxito da sua tarefa como político.

Tendo como director O. Martins, surge nas bancas “*A Província*”, órgão do movimento *Vida Nova*, ao mesmo tempo que se vai urdindo, na sombra, um plano para derrubar o governo fontista, substituindo-o por outro do qual O. Martins faria parte. Porém, Braamcamp adocece gravemente e torna-se necessário escolher um sucessor. É a manifestação do acaso, que a teoria da história martiniana salienta como desempenhando, tantas vezes, um papel decisivo na mutação do rumo dos acontecimentos, dando lugar ao imprevisível.

o tradicional critério de apropriação colonialista, que se baseava na prioridade dada aos países responsáveis pelas descobertas, reconhecendo a legitimidade da soberania, em função da ocupação real do território. A ideia do “mapa cor-de-rosa” foi, obviamente, contestada pelos ingleses, visto que os seus interesses em Africa eram inconciliáveis com os nossos.

A *Vida Nova*, dada a recusa de Barros Gomes em ascender ao cargo, apoiou, por sugestão de O. Martins, José Luciano de Castro e foi este o eleito para suceder a Braamcamp que, entretanto, falecera. À sua memória dedicará O. Martins um sentido elogio: “*A arte de governar os homens oferece à observação do crítico dois tipos distintos: a política dos expedientes e a política das ideias.(...) Desta segunda espécie são os estadistas feitos de abnegação, como os da primeira são feitos de vaidade. (...) Ocioso é dizer a qual das espécies pertencia Braamcamp: foi por isso que na sua longa vida pública, em quarenta anos votados ao serviço da pátria, apenas cinco, se tanto, interveio directamente no seu governo. Não se avalie, porém o merecimento dos actos pela duração do mando. (...) Mousinho da Silveira foi um instante, mas nesse momento efectuou-se a maior das revoluções modernas portuguesas. (...) A sua bela vida, em cuja unidade de acção consiste a sua glória é o legado incomparável que nos deixa a nós, membros deste partido que teve, tem e terá como timbre a honradez pessoal e a abnegação cívica*”⁷⁴. Palavras premonitórias de O. Martins (e que seriam igualmente merecidas) no que diz respeito à sua própria carreira política, mas demasiado optimistas no que concerne ao exemplo doado ao partido...

Nas eleições de 1885, é eleito presidente substituto da Camara Municipal do Porto, conquistada por Barros Gomes que, por acordo prévio, lhe deveria ceder o lugar.

Durante este ano, O. Martins escrevera *História da República Romana*, última obra da “Biblioteca das Ciências Sociais” onde, seguindo a tese de Vico que vê em Roma o modelo da evolução histórica de todas as civilizações, o autor vai, igualmente, afirmar que ela funciona como “(...) *paradigma das histórias de muitos povos, e entre esses, do povo hispano-português cuja evolução foi também sufocada pelo imperialismo (...)*”⁷⁵. Assim, a analogia entre a civilização romana e a Europa do século XIX é, sobretudo nítida, no caso da Península. Ou seja, também em Roma se verificara, que as conquistas que lhe proporcionaram grandeza cavaram, simultaneamente, a sua ruína, à qual apenas César conseguira pôr cobro.

A finalidade de dedicar um livro à história de Roma torna-se

⁷⁴ Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., pp. 90-91.

⁷⁵ Martins, J. P. Oliveira, “História da República Romana”, Lisboa, Guimarães Editores, 1987, vol. I, p. 10.

clara. De facto, só a civilização romana teria atravessado todas as fases típicas da evolução dos organismos sociais, os quais, como O. Martins defendera desde as suas primeiras obras versando o socialismo, tendem para a concretização do instinto igualitário. Começando na primitiva organização patriarcal, onde a autoridade reside na família, aquela passa, à medida que a sociedade cresce e se organiza, a ser detida por aristocracias, primeiro hereditárias, depois electivas. Com a criação do Direito, que O. Martins diz revelar uma capacidade de abstracção só acessível a determinadas raças, alcança-se a igualdade civil que assegura a igualdade política a todos os membros da sociedade. Porém, subsiste e não deixa de agravar-se, a desigualdade económica. É a tensão permanente entre ricos e pobres que torna estes conscientes do carácter, meramente formal, do princípio que consagra a igualdade perante a lei. As revoltas dos escravos contra as oligarquias improdutivas exigiram a intervenção arbitral de César. É a igualdade, não conquistada pelos mais desfavorecidos, mas decretada pela vontade justa de quem tem poder para a impôr. Não era, com certeza, a solução ideal para o proudhoniano Martins, mas era, sem dúvida, a hipótese que a história comprovara como realizável e que o convertera, como aluno atento às lições do passado, em socialista catedrático.

Desde a Idade Média que as fases de desenvolvimento descritas na civilização romana, se repetiram, similarmente, nas diversas nações europeias. Da formação da nacionalidade, à fixação definitiva das fronteiras, seguida, no caso da Península, da opção, bastante controversa no interior de ambas as nações que a constituem, pela expansão marítima que gerou, num caso e noutro, impérios colonizadores alimentados por uma riqueza que não produziam e que, por isso, instalou a perversão moral e a estagnação intelectual, características das sociedades ociosas. Como acontecera em Roma, os pobres revoltam-se. Mas a Revolução Francesa, que garante a igualdade política, não resolve a caótica situação económica. Assim nasce Napoleão ⁷⁶.

⁷⁶ *“Napoleão fora o César do racionalismo francês e a revolução personalizada; os seus homens nunca deixaram de considerar-se propagandistas, e o esplendor das suas vitórias fez com que todas as imaginações aliassem a glória e a liberdade, a propaganda e a guerra, vendo na vida militar um prólogo natural da vida parlamentar, e nas batalhas as preparações para os debates.”* Martins, J. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, vol 1, op., cit., p. 239.

Ao autoritarismo das classes privilegiadas respondera o liberalismo instaurando a anarquia na moral, nas instituições e na economia. Era preciso superar as contradições destas duas soluções antagónicas, mas igualmente infelizes. O. Martins pensa que só o proteccionismo de um Estado centralizado e forte, conseguiria fazê-lo. É a perspectiva hegeliana a impôr-se, pelas circunstâncias, à visão proudhonista.

Intencionalmente, O. Martins distingue, em Roma, o período dos tiranos da, posterior, chegada ao poder de César. Tirania e cesarismo não são confundíveis. Como Aristóteles ressaltava, *“Chamamos monarquia ao Estado em que o mando dirigido para o interesse comum, pertence a um só (...). A tirania, não é, na realidade mais do que a monarquia orientada para o interesse do monarca”*.⁷⁷ Vemos expressa a mesma ideia nas palavras de O. Martins: *(...) para o tirano os meios não se distinguem dos fins; ao passo que César pretende realizar um fim excelente aproveitando todos os meios, de qualquer natureza, bons ou maus, justos ou injustos. O tirano é valgar; César tem de ser genial, superior aos homens (...) firme num plano de salvação.”*⁷⁸ Os fins justificam todos os meios, mas o César de O. Martins, não é o Príncipe de Maquiavel: *“Se um príncipe tiver o propósito de vencer e de manter o Estado, os meios empregados serão sempre tidos por honrosos e louvados por todos, pois o valgo só julga pelo que vê e pelos resultados.”*⁷⁹ Ambos são seres superiores ao comum dos homens, mas o Príncipe deve ignorá-los para salvar o Estado e César só pode encarnar o Estado para salvar os homens. Cremos que A. J. Saraiva tem razão quando afirma: *“O projecto político de O. Martins era um cesarismo, isto é, um autoritarismo que obrigasse ao cumprimento de leis igualitárias, uma vontade que decretasse a Justiça, em suma, o Socialismo.”*⁸⁰

No início de 1886, o governo de Fontes Pereira de Melo apresenta a demissão e, de acordo com a lógica parlamentarista da rotatividade partidária que O. Martins contestara como responsável pela permanente instabilidade governativa, José Luciano de Castro,

⁷⁷ Aristóteles, “Tratado da Política”, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1977, pp. 79-80.

⁷⁸ Martins, J. P. Oliveira, “História da República Romana”, op., cit., p. 225.

⁷⁹ Maquiavel, “O Príncipe”, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 95-96

⁸⁰ Saraiva, A. J., “Tertúlia Ocidental”, op., cit., p. 97.

líder da oposição, é nomeado para formar novo governo. Dele ficaram afastadas, ironicamente, as figuras mais relevantes da *Vida Nova*, que o tinham indigitado como chefe de partido. Contudo, a O. Martins promete-se a criação, num futuro próximo, de uma pasta da Agricultura que ele seria chamado a dirigir, ficando, desde logo, a presidir a uma comissão de inquérito sobre a actual situação agrícola portuguesa.

Eleito deputado por Viana, O. Martins vê a sua entrada no Ministério permanentemente protelada pela oposição de dois dos seus correligionários, Emídio Navarro e Mariano de Carvalho. E, embora o Conselho de Ministros renove o convite que lhe fizera, em face da crise interna que, por sua causa, se abrira no Partido, Martins declina-o. Em Julho é alvo de um banquete de homenagem por parte dos muitos amigos que tem dentro do Partido mas, em Outubro, o seu nome nem sequer consta da lista para as eleições municipais.

Desiludido O. Martins demite-se, então, da vice-presidência do Centro do Porto, não sem expressar em duas cartas, uma dirigida a Barros Gomes e outra a José Luciano, um profundo desânimo com a sua breve experiência política e, sobretudo, com o funcionamento interno do aparelho partidário, que só naquela altura ele ficara a conhecer. Quanto à política, recordêmo-lo, ele nunca alimentara grandes ilusões, como transparece das palavras anteriormente proferidas no *Portugal Contemporâneo*: “*Na política, os homens são veículo de planos vários (...). Na arte de governar os homens, a força e a habilidade valeram, valerão sempre mais do que a virtude.*”⁸¹.

Quando se disponibiliza para exercer cargos públicos, O. Martins não desconhece que a política é o reino da demagogia, não premeia os melhores mas os mais hábeis. É, pois, um acto de heroísmo consciente o que o leva a abraçar uma causa que, pelo estudo da história passada e recente que fizera, sabe ser, à partida, uma aposta perdida. Não é por ser pessoal que o seu fracasso é doloroso, mas porque confirma, lamentavelmente para todos, que esta é uma regra sem excepção.

Dedicar-se-à, então, a dirigir “*A Província*”, reafirmando nos artigos que vai escrevendo, a sua crença na solução proteccionista

⁸¹ Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, op., cit., vol. II p. 119.

e cesarista como única via para alcançar o tão desejado sonho democrático. No entanto, não se exime a fazer aí, após o seu falecimento, o elogio humano de Fontes Pereira de Melo, governante cuja política, orientada pela ideologia capitalista, tantas críticas lhe merecera, mas a quem, fazendo juz ao seu lema de não julgar os homens unicamente pelas suas ideias, sempre reconhecera integridade de carácter, como podia constatar-se na leitura do *Portugal Contemporâneo*.

Em Março de 1887, e apesar de terem recrudescido as intrigas e a oposição à sua candidatura no interior do Partido Progressista, é eleito deputado pelo Porto. É na Assembleia que apresenta o Projecto de Lei do Fomento Rural, que publicará sob o título *Fomento Rural e Emigração*, no qual expõe o que, no seu entender, são as principais causas da dramática situação económica vivida no país e que obriga à emigração, sobretudo para o Brasil, de tantos portugueses, que não vêem futuro, nem têm presente, na sua terra: "*Relativamente à emigração é descomunal o que traduz a desordem da nossa economia interna (...) As causas principais são pois: as condições deploráveis em que se encontra a propriedade do país e as condições em que se encontra a legislação militar.*"⁸². Mais adiante, acrescenta: "*O fim desta lei é apenas criar condições especiais para os terrenos declarados incultos a fim de tornar possível a sua rentabilização. (...) Facultada a "terra", compensando o capital, resta o colono: desde que estes sejam aliciados e encontrem em Portugal além da propriedade a isenção do recrutamento, então o êxito será total.*"⁸³.

É a resposta de O. Martins aos críticos da sua obra teórica. Aqui está ele, como político, a diagnosticar os males mil vezes denunciados, por ele, como analista: o abandono da agricultura, que nos obriga a importar cereais, ficando a nossa sobrevivência dependente do estrangeiro⁸⁴ e a emigração, que nos priva dos homens

⁸² Martins, J. P. "Fomento Rural e Emigração", Lisboa, Guimarães Editores, 1956, p. 12.

⁸³ Id., ibidem, pp. 56 e 57.

⁸⁴ "*A questão rural portuguesa começou quando começou o movimento das descobertas; quando terminada a epopeia marítima pela perda do Oriente e pela separação do Brasil, voltamos os olhos para casa e vimos um espectáculo desolador que ainda hoje se mantém. (...) É necessário canalizar os capitais para a terra pois que o capital é o instrumento sem o qual os braços humanos caíam inertes e impotentes.*" Id, ibidem, p. 22 e 24.

necessários à nossa recuperação ⁸⁵. Aqui está ele, mais uma vez, a propôr reformas concretas e profundas, que perspectivam a mudança radical há tanto tempo reclamada: “(...) é necessário acabar com os privilégios dos capitais estrangeiros em actividades como a dos seguros e dos bancos que vêm actuar em Portugal; organizar os socorros mútuos; nacionalizar os transportes da marinha mercante; é necessário numa palavra, que a riqueza de Portugal pertença aos portugueses. (...) Achamo-nos pois sós com os nossos recursos. O programa proteccionista propõe que vivamos só com eles. A questão está em vivermos mais ou menos pobremente, segundo os nossos meios, não segundo a nossa fantasia de gente desvairada.”⁸⁶.

O criticismo da análise teórica traduz uma visão desencantada sobre a realidade observada, mas não a convicção de que ela é insolucionável. Esta crença, sim, seria pessimista. Assumir, como deputado, a responsabilidade perante o país, de assinar um projecto de mudança é demonstrar a esperança na possibilidade de superar os maus momentos e inverter a marcha que conduziria à derrocada. Ele sabe como fazê-lo e para onde ir. Não se pode exigir uma atitude mais confiante, sobretudo de quem não se mostra disposto a adular, nem a oposição nem o próprio partido.

Como o futuro esclareceu, se houve algum exagero do autor, foi excesso de optimismo, ao acreditar que um pensamento completamente contra a corrente de todas as iniciativas que vinham sendo tomadas pelos anteriores governos da oposição, e nas quais o seu só tocara “epidemicamente”, teria condições para ser aprovado.

A realidade, todavia, foi mais dura do que qualquer mau presságio ousaria prever. O texto, muito elogiado na imprensa, nunca, sequer, constou da agenda de trabalhos da Câmara de Deputados para ser discutido. E a verdade é que, até hoje, Portugal não resolveu o problema agrícola, nem a emigração, nem o funcionalismo parasitário, nem os déficits financeiros... Provará esse facto que as doenças, mesmo prolongadas, impedem o crescimento desejado,

⁸⁵ “O valor e a importância das nações medem-se pela densidade da sua população e pela concentração da sua riqueza. (...) Portugal poderia atingir 12 ou 16 milhões e então seria alguma coisa no mundo. (...) Os menos instruídos são os menos aptos a ganhar a vida, (o que não significa que sejam os menos sãos de corpo e alma) e por isso têm absoluta necessidade de emigrar.” *Id.*, *ibidem*, pp. 109; 208 e 231.

⁸⁶ *Id.*, *ibidem*, pp. 109 e 196.

mas não implicam um desenlace fatal? Volvidos cem anos, a história ainda não nos deu a resposta definitiva.

Aquele desaire só acentua, no espírito do autor, o convencimento de que está certo nas suas críticas à incapacidade funcional do poder legislativo e à consequente necessidade de reforçar os poderes do executivo para que as mudanças tivessem, efectivamente, lugar. O seu objectivo é sempre o mesmo: proteger os mais desfavorecidos; o método para o atingir começou por ser o socialismo, agora parece-lhe mais eficaz o cesarismo proteccionista.

Vai ainda bater-se, desta vez com êxito, pela aprovação de uma proposta de lei sobre a concessão exclusiva de emissão de moeda ao Banco de Portugal. É uma iniciativa que já anteriormente defendera, nas suas obras sobre questões económicas. Não é, pois, o seu pensamento que muda, mas os meios de actuação para divulgá-lo. Antes, dedicara-se à exposição teórica de certos princípios, agora, empenha-se directamente, em fazê-los vingar.

A vida no Parlamento continua agitada. Várias facções degladiam-se no interior, quer do Partido Progressista, quer do Partido Regenerador, e quando se debate que solução adoptar para a questão do tabaco, que era o segundo maior negócio do país, há três posições em confronto: o monopólio concedido a uma entidade privada (solução adoptada em 1891 relativamente a uma companhia francesa e que será entendida, por muitos, como a causa próxima da ruína do crédito do Estado); a formação de um consórcio de várias fábricas; a estatização da produção tabaqueira. Esta é a hipótese preferida pelo rei e, logicamente, por Martins dadas as suas convicções socialistas.

No dia 17 de Outubro, numa visita real ao Porto, D. Carlos conhece O. Martins e, de imediato, se estabelece uma relação amistosa entre os dois. Arriscar-nos-íamos a dizer que é mais uma vez o acaso, tão privilegiado pelo autor, a tomar conta dos acontecimentos, visto que esta amizade vai cimentar a sua convicção de que o cesarismo pode ser, de facto, a saída para o processo de democratização que o Parlamento não consegue, por inépcia e falta de vontade política, fazer avançar.

Em 1888, abandona a direcção de "*A Província*" e o Partido Progressista e fixa residência em Lisboa. Passa a dirigir "*O Repórter*", onde colabora a elite intelectual da época e, nos seus artigos diários, não poupa a classe política descrevendo o Parlamento

como um conjunto de parasitas sem qualidade, que militam em partidos que são covis de cúmplices devotados a manobras obscuras revertendo no seu próprio interesse sendo, por isso, incapazes de representar a sociedade e, como tal, completamente inúteis. A monarquia constitucional, que Montesquieu defendera como o único sistema capaz de dar voz a todos os quadrantes da sociedade era, para O. Martins, desajustada à realidade portuguesa, que não tinha uma classe nobre, suficientemente forte para justificar a existência de uma Câmara de Pares, nem uma população generalizadamente alfabetizada, que tivesse, portanto, direito a voto. Ou seja, o Parlamento não era, efectivamente, representativo do país real. Quanto à capacidade legislativa, o próprio Montesquieu reconheceu que não se muda o carácter de um povo por decreto ⁸⁷. Para O. Martins, era preciso apostar na educação e, entretanto, agir. Essa era a tarefa do executivo. Era dele, pois, que o autor esperava a salvação.

Alguns meses mais tarde, o desacordo em relação a um artigo, publicado n'“O Repórter”, onde se atacava Barros Gomes de quem era amigo, levá-lo-à a demitir-se do jornal.

Em Maio desse ano sai a lei sobre a questão do tabaco, que privilegia a opção apoiada por O. Martins e que consagra regalias para os operários, inéditas até então: “(...) *horário de oito horas de trabalho(...) férias remuneradas e salário na doença, caixas de subsídio e de reforma*”, ⁸⁸. Representa uma vitória no seu combate pelos ideais de justiça social e assegurar-lhe-á o cargo de administrador da Régie dos tabacos cuja difícil situação financeira O. Martins tentará reequilibrar, sem pôr em causa as benesses concedidas aos trabalhadores.

Em 1889, Eça de Queiroz funda a “*Revista de Portugal*”, que pretendia debater os grandes problemas da nação e onde se anuncia a colaboração regular de diversas figuras tão prestigiadas quanto Antero, T. Braga e O. Martins, que lá publicará, em folhetins, *Os Filhos de D. João I*.

⁸⁷ “É dever do legislador acompanhar o espírito da nação, quando este não for contrário aos princípios de governo, pois não fazemos nada melhor do que o que fazemos livremente, segundo o nosso gênio natural.” Montesquieu, “O Espírito das Leis”, S. Paulo, Martins fontes, 1993, p. 325.

⁸⁸ Martins, Guilherme. O., “Oliveira Martins – Uma Biografia”, op., cit., p. 161.

É ainda por essa altura, que se iniciam os jantares regulares de um grupo de amigos, deputados alguns, “palacianos” outros, literatos muitos, que se denominam de *Vencidos da Vida*, dado o fracasso do projecto progressista *Vida Nova*, que todos assumiam. Dele fazem parte, além de O. Martins, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, Conde de Ficalho, Conde de Arnoso, Conde de Sabugoso, Marquês de Soveral, Carlos Mayer, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro. Não se tratava do esboço de um novo partido, como os boatos difundidos em torno deste grupo o classificavam, porque não havia entre os seus membros a intenção de o criar (O. Martins e Eça desmentiram, formalmente, em artigos na imprensa estes rumores), nem sequer existia um consenso unânime quanto ao projecto político alternativo a adoptar. Havia, de comum, o desencanto com o presente e, consequentemente, o desejo de mudança.

Em Outubro, morre o rei D. Luís e D. Carlos solicita a colaboração de O. Martins no novo governo, como ministro da Fazenda. Ele aceita sob a condição de ser António Enes a assumir a secretaria da Marinha e Ultramar, já que ambos partilham a mesma opinião negativa sobre a política reivindicativa do “mapa cor-de-rosa”. Como o chefe do governo seria José Luciano, que a defendia, recusaram ambos a indigitação.

No dia 11 de Janeiro de 1890, a história vem dar razão às previsões, até aí consideradas pessimistas, de O. Martins. O facto histórico ficou conhecido por Ultimato Inglês e consistiu numa nota, entregue pelo embaixador de Inglaterra em Lisboa, exigindo que Portugal retirasse uma expedição militar, que atacara alguns indígenas protegidos pelos ingleses, embora o confronto tenha tido lugar em território português.

O governo protestou, mas cedeu. Milhares de pessoas saíram à rua para expressarem a sua revolta por tão grande humilhação e os estudantes reagiram cobrindo com crepes de luto a estátua de Camões, o que prova que O. Martins representava o sentimento nacional ao entendê-lo como símbolo do povo português. O governo demitiu-se e António Serpa, líder do Partido Regenerador, assumiu o comando mas, como o repúdio manifestado pelo rei à acção inglesa foi considerado, pela opinião pública, demasiado discreto, quem mais tirou partido da situação foram os republicanos que, aproveitando o pretexto, mobilizaram uma grande massa de

aderentes. No Porto, a resistência ao Ultimato uniu-se à volta de Antero de Quental, que foi eleito presidente da “Liga Patriótica do Norte”, cujas propostas incidiam na necessidade de pôr em prática um plano de emancipação económica, através da recuperação das forças produtivas e do aumento do nível cultural da nação, de modo a a criar uma sociedade mais justa e digna de ombrear, novamente, com as maiores nações europeias. O objectivo era mobilizar o povo em torno da defesa da integridade nacional, porém a miséria extrema a que estava reduzida a maioria da população, impedia-a de lutar por ideais demasiado afastados dos problemas concretos que a afligiam. Os desígnios iniciais desvaneceram-se e a Liga tornou-se num instrumento usado pelos republicanos contra a monarquia, o que levou O. Martins a convencer Antero a retirar-se do projecto. Este, desiludido, agora já não só com o governo, mas mais profundamente ainda, com o povo, refugiou-se em Ponta Delgada. Não regressaria à actividade política, nem recuperaria o ânimo, suicidando-se a 11 de Setembro de 1891.

Durante o primeiro semestre de 1890, Portugal discutiu com a Inglaterra as fronteiras de Moçambique, última colónia a definir os seus contornos, estabelecidos que estavam os da Índia, Guiné e Angola. Contudo, o Tratado que os dois países assinaram em Agosto e no qual Portugal se comprometia a não ceder territórios coloniais sem o beneplácito inglês, voltou a provocar violentas reacções populares, novamente aproveitadas pelo Partido Republicano, que se via apoiado, moral e economicamente, pela implantação da República no Brasil.

O. Martins, apesar de crítico em relação à acção governativa, continuava a pugnar pela monarquia, que considerava mais ajustável ao seu projecto cesarista, e em Outubro é, mais uma vez, sondado para integrar o próximo governo. No entanto, as suas propostas não são aceites por demasiado ousadas ⁸⁹.

No final do ano, será reeleito como deputado pelo Porto, depois de a sua acção em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores ter sido publicamente reconhecida, ao ser escolhido para represen-

⁸⁹ “*Prefertiu-se como sempre a pastelaria merdosa em que nos havemos de afogar e morrer.*” Carta a Eça de Queirós in “Correspondência”, apud., Martins, Guilherme O., “Oliveira Martins-Uma Biografia”, op., cit., p. 175.

tar Portugal na Conferência Internacional para a protecção operária, realizada em Berlim, e para a Conferência da Propriedade Industrial em Madrid.

A 31 de Janeiro de 1891 eclode, no Porto, um motim republicano, prontamente reprimido, que Eça, Antero e O. Martins acolheram com desgosto, dada a sua convicção de que ele era a prova de que o país estava dividido por interesses egoístas, desprovido de um sentimento coeso que lhe desse uma alma própria. Admiravam a República, enquanto ideal para o qual remetia a etimologia do termo, mas não a identificavam com um movimento que apenas visava a substituição do monarca por um presidente eleito. Esta modificação, no seu entendimento meramente formal, só prejudicaria, pelas razões já por várias vezes referidas, o processo de democratização. Mas esse, é preciso reconhecê-lo, estava comprometido pela situação real do país. Os grandes negócios estavam na mão de companhias estrangeiras; o crescimento da população portuguesa era o mais lento da Europa; a taxa de analfabetismo a maior; a agricultura não produzia, sequer, o trigo necessário para o consumo interno; o sector industrial era incipiente e, por isso, o operariado em número reduzido e inoperante. Perante este cenário era difícil à generosa e combativa “*Geração de 70*”, que acreditara no socialismo como triunfo da justiça para todos, sentir-se optimista.

A situação particular de Martins não era mais brilhante. A Régie dos tabacos foi extinta e ele fica no desemprego. Em Fevereiro, desloca-se a Madrid para apresentar, no Ateneu, uma conferência no âmbito das comemorações do 4º centenário das descobertas da América. Nela retoma o tema da obra que publicara em 1889, *Portugal nos Mares*⁹⁰, que apresentava como figuras eminentes da história da navegação, Cristovão Colombo, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães, dado que a descoberta da América, a viagem à Índia

⁹⁰ No preâmbulo da obra, O. Martins descreve-a como um “(...) conjunto de notas ou documentos(...)”, que sentiriam de complemento ao estudo, desenvolvido em obras anteriores, sobre o modo de pensar e agir do povo português e das distintas figuras que melhor o encarnaram. Assim, integrando biografias de monarcas e navegadores, o livro fala das razões que estão na origem da navegação, indústria que considera essencialmente portuguesa, da actividade piscatória e da evolução e decadência do comércio marítimo português.

e a passagem do Atlântico para o Pacífico, eram, na sua opinião, os marcos de uma época gloriosa de que, justificadamente, Portugal e Espanha deveriam orgulhar-se. Carinhosamente recebido, acalenta, com outros iberistas espanhóis, a ideia de formar uma “Liga Ibérica” que desse corpo aos ideais fraternos, que ajudariam as duas nações a recuperar o prestígio de outros tempos. Contudo, cedo verificarão, que a interpretação que O. Martins tem do iberismo, não se coaduna com a versão espanhola, que pressupunha não o estreitamento de relações entre os dois países independentes, mas a dissolução de Portugal em Castela. É, para o autor, o desmoronar de um sonho antigo baseado na esperança de ultrapassar uma prolongada fase decadentista, pelo esforço conjunto que facilitaria a sua realização ⁹¹.

Ainda nesse ano, regressa à actividade editorial. Revê o seu trabalho de juventude sobre Camões, *Os Lusíadas – Ensaio sobre Camões e a sua Obra em Relação à Sociedade Portuguesa e ao Movimento da Renascença*, e edita-o sob a nova designação de *Camões, os Lusíadas e a Renascença*.

Com o título *Portugal em África*, sai a compilação dos artigos suscitados pelo Ultimato e publicados, anonimamente, em vários jornais, versando os problemas das nossas disputas com os ingleses sobre a África Oriental e onde O. Martins sustenta que as colónias eram, para nós, um negócio “(...) evidentemente mau (...)” ⁹². Baseado na análise fria dos números e não em sentimentalismos, demasiado caros para um país à beira de uma calamidade financeira, O. Martins afiançava que, sendo um bem que muitos cobiçavam, Moçambique representava, para Portugal, um luxo excessivamente dispendioso. Obrigados, pelo tratado com a Inglaterra, a abrir à navegação inglesa os principais rios moçambicanos e a

⁹¹ “Uma aliança é uma sociedade: os associados devem entrar com partes proporcionais aos lucros e aos meios. Quando duas nações se aliam, uma para proteger, outra para ser protegida, como acontecia com a Inglaterra, o resultado é que a protecção transforma-se logo em exploração. As mãos que temos de apertar tem de ser igualmente, ou proporcionalmente, firmes e fortes. (...) Unidos os exércitos e esquadras das duas nações peninsulares, tão famosas ambas, tanto no mar como em terra, imporão à Europa, senão o domínio como há três séculos, pelo menos o respeito.” Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, vol. I, op., cit., p. 262.

⁹² Martins, J. P. Oliveira, “Portugal em África”, Lisboa, Guimarães Editores, 1953, p. 15.

construir estradas e vias férreas, esta possessão tornara-se “(...) *uma casa aberta a que tiraram as portas(...)*”⁹³, resultando num investimento sem futuro e, conseqüentemente, num desperdício de dinheiro que não tínhamos. Já que insistíamos em não “(...) *viver com o que temos em casa(...)*”⁹⁴ devíamos, na sua opinião, concentrar-nos em Angola e fazer dela o novo Brasil.

É, também, editado em livro *Os Filhos de D. João I*, cujas detalhadas biografias contribuiriam, segundo o autor, para esclarecer um período da nossa história a que já tinha dado particular relevo na *História de Portugal*. É o próprio O. Martins quem, na “Advertência” prévia à obra, justifica o seu propósito: “*É minha ideia que a arte de escrever história está atravessando um período de transformação. Reagindo contra as teorias abstractas dos racionalistas antigos, os escritores do nosso tempo, absorvidos pelo cuidado indispensável da veracidade crítica, esqueceram os modelos eternamente clássicos. A história há-de ser sempre uma ressurreição; e o processo artístico ou sintético ser-lhe-á sempre adequado(...)* A história tem nos caracteres como a pintura do retrato, o seu terreno de eleição; porque o homem, com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fábulas, foi o construtor da sociedade. Não existe matéria de história, quando não há caracteres acentuados(...)”⁹⁵. A. J. Saraiva⁹⁶, no entanto, salienta que este conjunto de ensaios sobre determinadas figuras históricas lhe serve, ainda que talvez inconscientemente, como projecção da sua própria vida. D. Duarte, que ele retrata como “(...) *o literato coroado, com os vícios e qualidades desta classe de homens (...)*”⁹⁷, seria o espelho de si mesmo, visto que “*A literatura tem este defeito inerente: toma a nuvem por Juno, confundindo as obras com as palavras.*”⁹⁸. Isto é, D. Duarte fora, como ele próprio, um homem capaz de compreender a história e de, através da escrita, aconselhar, sensatamente, sobre as atitudes a tomar, mas que, quando chamado a actuar, falhara redondamente.

⁹³ Id., *ibidem*, p. 200.

⁹⁴ Martins, J. P. Oliveira, “Fomento Rural e Emigração”, *op.*, *cit.*, p. 193.

⁹⁵ Martins, J. P. Oliveira, “Os Filhos de D. João I”, Lisboa, Guimarães Editores, 1993, pp. 7-8.

⁹⁶ Saraiva, A. J., “Para a História da Cultura em Portugal”, *op. cit.*, pp. 170-175.

⁹⁷ Martins, J. P. Oliveira, “Os Filhos de D. João I”, *op.*, *cit.*, p. 129.

⁹⁸ Id., *ibidem*, p. 129.

Quanto a D. Pedro, “O seu pensamento era uma ideia de ordem, prática e positiva, sem desvairamentos de fantasia (...) foi um dos sucessivos representantes da tradição política da dinastia afonsina, doutrina do bom senso (...)”⁹⁹. Representara assim, pelo contrário, o símbolo daquilo que O. Martins ambicionara ter conseguido, ou seja, aliar a investigação teórica a uma governação correcta e adequada¹⁰⁰.

A sua doença pulmonar agravara-se e, em Setembro, espera-o um dos mais duros golpes que a sua acidentada vida já sofrera, a notícia da trágica morte do seu dilecto amigo Antero. O estado de saúde do país não era, por outro lado, menos débil. A dívida externa aumentara tanto, que tornara impossível até o pagamento dos juros. Centenas de lojas fecharam e importantes companhias e bancos faliram, deixando no desemprego milhares de pessoas.

Anos antes, O. Martins afirmara profeticamente: “A revolução só há-de entrar pelas portas do tesouro.”¹⁰¹ De facto, será a bancarrota a sepultar os partidos constitucionais e a 16 de Janeiro de 1892, O. Martins integra, finalmente, como ministro da Fazenda, o governo de José Dias Ferreira, um professor de Coimbra que já orientara a ditadura do marechal Saldanha em 1870.

Ser um governo apartidário tinha sido uma condição imposta por O. Martins a D. Carlos, quando recebera o convite para assumir tão delicado encargo, dada a situação de desastre financeiro que o país atravessava. A sua proposta assentava, pois, num princípio fundamental que era o de cortar, drasticamente, nas despesas do orçamento do Estado. Daí o deus apelo, em nome da devoção patriótica, ao sacrifício de todos os portugueses: haveria limites aos aumentos de ordenados, seriam suspensas as admissões na função pública, abolidas as gratificações e aumentados os impostos. O rei, a título de exemplo, cedeu 20% da sua dotação, mas os empresários continuavam assustados e os trabalhadores insatisfeitos.

Evidentemente, para O. Martins, esta seria apenas a primeira parte do processo. Equilibradas as finanças, chegaria a altura de

⁹⁹ Id., *ibidem*, p. 116.

¹⁰⁰ “(...) entrou para a Câmara e para o Ministério, com uma réstia nunca apagada de messianismo, acreditando poder modificar a realidade com meia-dúzia de decretos sábios” Calafate, P. “Pensamento Português – Oliveira Martins”, *op.*, *cit.*, p. 44.

¹⁰¹ Martins, J. P. Oliveira, “Fomento Real e Emigração”, *op.*, *cit.*, p. 265.

iniciar as reformas estruturais que introduziriam na sociedade o ideal de justiça, pelo qual, desde sempre, se batera. Entretanto, precisara negociar com os credores internacionais, um acordo que permitisse adiar e minorar o pagamento da dívida externa. Era uma medida necessária, mas insuficiente. Teria ainda que conseguir um empréstimo em ouro, que desse cobertura à emissão de papel moeda.

A mais forte oposição com que se deparava Martins vinha da esquerda radical que o acusara de caciquismo, dado que Oliveira Monteiro, presidente da Câmara do Porto, lhe pedira que auxiliasse os bancos da cidade. Ora, um governo que não se apoiava nos partidos, dependia dos radicais. Por outro lado, os partidos sabiam que podiam exigir medidas drásticas, para acusarem este governo “excêntrico” de demasiado brando se não as tomasse já que, nesse caso, seria igual a todos os outros; ou na hipótese de ter a coragem de o fazer, incriminá-lo por exorbitar na exigência de abnegação feita a todo o povo. Em qualquer das circunstâncias alternativas, sabiam poder contar com o apoio da opinião pública, visto que era nela que se reflectia o resultado das impopulares medidas adoptadas. Depois, chegaria a altura de capitalizar o descontentamento e regressar ao poder, auxiliados pelas clientelas políticas que, ao longo dos anos, tinham consolidado na província, nos jornais e, sobretudo, no aparelho de Estado.

Dias Ferreira recusou o compromisso com os credores da dívida externa e desistiu do empréstimo. A 27 de Maio O. Martins pede a demissão e viaja para Inglaterra. Dessa estadia resultará *A Inglaterra Hoje*, um conjunto de crónicas para o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, em que retrata e critica as instituições inglesas, tão celebradas pelo pensamento liberal e que ele combatia desde as suas primeiras intervenções públicas.

Terminara da forma mais frustrante, porque ensombrada por insinuações várias, a sua curta carreira política. Não terá sido surpreendido pelo facto em si, visto que no *Portugal Contemporâneo*, já se questionara: “*Um dos fenómenos curiosos em Portugal é o devorar dos homens pelo Governo. Hoje sobem, amanhã somem-se, corridos, desprezados. Porque?*”¹⁰². Também não o terá sido pela incompreensão popular, porque na mesma obra, descrevera o povo

¹⁰² Martins, J. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, vol.II, op., cit., 298.

como uma massa incontrolável não orientável pela razão, que jamais teve condições de desenvolver: “O povo nasceu criança, e nada há mais feroz do que a infância. Não a movem raciocínios, apenas instintos. Não distingue, vê as coisas, grosseiramente, como parecem, não como são.”¹⁰³ Ao atribuir a queda de Passos Manuel ao facto de ser demasiado íntegro, concluíra que, em política, a honestidade não compensa, porque o povo não sabe reconhecê-la, muito menos admirá-la, se daí não tirar dividendos imediatos. Todavia, depois de sucessivas recusas para integrar o governo por achar que as condições ideais não estavam preenchidas, tomara uma decisão difícil em nome do interesse nacional, apostara tudo e perdera. Tem que ter sido, necessariamente, uma decepção enorme.

Se o seu estado de espírito era, nesta altura, pessimista, segundo o testemunho unânime de todos os que com ele contactaram na época, as razões não podiam ser mais concretas e objectivas. O mundo político e a opinião pública estavam contra si e a depressão piorara o seu, há muito frágil, estado de saúde. Mas não é ainda um homem derrotado.

No início de 1893, de regresso a Portugal depois de ter visitado Eça em Paris, aceita uma nova candidatura a deputado e é eleito pelo círculo do Porto. Tem ainda alento para ir à Câmara defender as posições que havia tomado enquanto ministro e explicar a teia de intrigas em que tinha sido enredado. Deve ter-se lembrado das suas próprias palavras, a propósito de Passos Manuel: “É muito doloroso e difícil de confessar que a nossa opinião foi um sonho, uma quimera, ou um erro; mas quando se tem a sinceridade própria da grande alma, essa confissão vem do pensamento aos lábios e faz-se.”¹⁰⁴ A prova de que conseguiu dissipar todas as dúvidas sobre a sua incorruptibilidade está em que a Câmara elege-o vice-presidente da Junta do Crédito Público.

Escreve, então, *A Vida de Nun'Álvares*, figura emblemática da Dinastia de Aviz, que completava a obra anterior sobre os filhos de D. João I. Esta biografia do herói português apresenta os traços próprios do que O. Martins afirmara, na *História da Civilização Ibérica*, serem as características identificativas do génio espanhol, a bravura militar e o espírito místico. Ou seja, é inexcusável como

¹⁰³ Id., *ibidem*, vol. I, p. 340.

¹⁰⁴ Id., *ibidem*, vol. II, p. 93.

paradigma a imitar. E, recordêmo-lo, fornecer exemplos que valha a pena copiar é a principal justificação da história na visão martiana. Daí que, segundo cremos, as biografias destes heróis de um período que lhe era particularmente caro, não possam ser vistas, unicamente, como um refúgio ou lenitivo para esquecer a realidade trágica da sua época, como argumenta A. J. Saraiva, mas devam, também, ser encaradas como o corolário de uma “(...) crítica severa, agora subtil, indirecta e dissimulada, de um estado de coisas que exigia uma transformação radical dos homens e da sociedade.”¹⁰⁵ Mais uma vez nos parece que, esta preocupação consciente, que os comentadores da obra de Martins são unânimes em admitir que existe, em salientar o passado glorioso para melhor destacar o presente sombrio, não tem que ser lida como um reconhecimento de que tudo está perdido, sendo, por isso inútil, lutar. As utopias, que projectam num lugar inexistente ou num futuro longínquo, a imagem de um mundo perfeito que contrasta com a realidade observável, se destacam nesta as imperfeições, misturam, na amargura da verdade descrita, a esperança de poder transformá-las em algo de absolutamente novo e perfeito.

O autor comparara D. Carlos a D. João II, para o incitar a governar salvando o seu povo¹⁰⁶. Como não acreditar que olhar o passado triunfante é, para si, apontar o caminho para um futuro mais radioso?¹⁰⁷

Cremos, como Fernando Catroga¹⁰⁸, que as biografias não representam um corte com as narrativas históricas precedentes,

¹⁰⁵ Martins, Guilherme O., “Oliveira Martins – Uma Biografia”, op., cit., p. 211.

¹⁰⁶ “*Em sociedades que chegaram à dissolução da nossa, e que em tal estado se vêem a braços com a economia em crise, as revoluções, para serem fecundas e não mortais, têm de partir de cima. (...) Com tudo isto, pode ser-se um Homem. E tal cognome davam os reis católicos a D. João II, e é dum homem que Portugal carece. Força, alegria, coragem!*”. Martins, J. P. Oliveira, “Política e História”, vol. II. op., cit., p. 296.

¹⁰⁷ “(...) encontramos na História segundo Oliveira Martins uma concepção de temporalidade que não anda longe, se nua da de eterno retorno, ao menos de um eterno presente de que a realidade dita histórica é a reactualização misteriosa” Lourenço, E., “Oliveira Martins: História, Ciências Sociais e Mitologia Nacional”, in Jornal “Público”, 29/04/1995.

¹⁰⁸ Catroga, F., “A História da História em Portugal Séculos XIX-XX”, dir., Torgal, L. Reis, Mendes, J. Amado, Catroga, F., Círculo de Leitores, 1997, pp. 153-158.

visto que o autor sempre condensou no retrato de determinadas figuras históricas os acontecimentos narrados. Os heróis de O. Martins, tanto os positivos quanto os negativos, funcionaram sempre como reflexo do espírito da nação facilitando a visão conjuntural pela aproximação aos indivíduos particulares que melhor a substanciavam. Digamos que as biografias do último período da sua vida, são uma depuração desse processo que marginaliza os factos, provavelmente porque esses já ele os narrara, com detalhe, em obras anteriores, em favor da concentração exclusiva nos personagens que mais o tinham deslumbrado, pela positiva, como paradigmáticos da alma portuguesa. Se a história era para ele um drama, como salientara E. Lourenço, ninguém melhor do que os actores principais para, ao levá-lo à cena, revelarem aos espectadores a mensagem a retirar da história. Se esta vale pelo exemplo moral, a biografia dos “melhores” cumpriria, assim, o supremo papel da historiografia, tão mais necessário quanto mais mediocre e sem esperança pareça o presente: *“Não foi para compreender de uma maneira desinteressada o passado (...) que Oliveira Martins se tornou no historiador que conhecemos. A sua motivação mais profunda não é de ordem gnoseológica ou epistemológica – a que, na aparência, condiciona o conhecimento histórico como verdade do passado e, se possível, conhecimento exacto e exaustivo dele – mas de ordem pragmática”*¹⁰⁹.

O projecto de O. Martins da reconstrução orgânica da sociedade foi sempre o mesmo, ao longo da sua vida. O estado de espírito com que encarou esse projecto é que foi mudando, à medida que as tentativas encetadas para o pôr de pé foram fracassando, fazendo estremecer a fé em que baseava a crença na concretização desse desígnio. É natural que a desilusão, causada pelo acumular de decepções, o tenham feito preferir à projecção no futuro de um ideal a conquistar, o olhar nostálgico sobre o passado glorioso que a dinastia de Aviz ou D. João II representavam. Cremos, contudo, que se mantinha firme a convicção de que eles pudessem servir de incentivo e que, nessa medida, conservavam toda a actualidade as palavras que um dia proferira: *“O que nós todos, pessimistas, quereríamos é que as lições da história servissem para alguma*

¹⁰⁹ Lourenço, E., “Oliveira Martins: História, Ciências Sociais e Mitologia Nacional”, op., cit.

coisa; e que em vez de declamações fúnebres de desespero, em vez de pataratices de um messianismo fora de tempo (...) puséssemos corajosamente mãos à obra do nosso rejuvenescimento. O pessimismo é a escola da coragem."¹¹⁰ .

Pensamos que o simples facto de continuar a escrever sobre a nossa história, sabendo nós a função pedagógica que O. Martins lhe atribuía, é revelador de que não foi do valor dos seus ideais de liberdade e justiça que O. Martins desacreditou, mas da certeza de os ver triunfar a curto prazo. *"Refugiou-se então dentro de si próprio, encontrando na arte, como Schopenhauer, aquela réstia de conforto por que ansiava (...)"*¹¹¹.

Poderíamos dizer que, à semelhança de Platão, nunca nele se instalou a dúvida quanto à possibilidade de se criar uma sociedade ideal e, muito menos, quanto à utilidade de descrever as condições em que ela haveria de ter lugar¹¹². Não é da Utopia que ele descreve, mas da vontade dos homens em construí-la. Acreditamos que, no fim da sua vida, e de novo com Platão, subscreveria que ela valeria sempre, ainda que fosse o filósofo o único a poder inaugurar esse Estado dentro de si mesmo¹¹³.

Apesar de muito doente há vários meses, prostrado por um estado febril quase permanente, O. Martins, na Primavera de 1894, ainda consegue reunir forças para ir a Espanha visitar o local da batalha de Toro, que pretende descrever no *Príncipe Perfeito*. Será a sua última obra e só esse capítulo ficará redigido, sendo o livro, posteriormente, editado por Barros Gomes.

No regresso, e nos períodos em que se sente menos fatigado,

¹¹⁰ Martins, J. P. Oliveira, "Política e História", op., cit., p. 239.

¹¹¹ Calafate, P., "O Pensamento Português – Oliveira Martins", op., cit., p. 45.

¹¹² *"-Agora, segundo me parece, podemos concordar relativamente à legislação, que o nosso plano é o melhor, se se realizar; que é difícil de se executar; contudo, não é impossível"* Platão, "A República", (502c) op., cit., p. 300.

¹¹³ *"- Compreendo. Referes-te à cidade que edificámos há pouco na nossa exposição, àquela que está fundada só em palavras, pois creio bem que não se encontra em parte alguma da terra.*

- Mas talvez haja um modelo no céu, para quem quiser contemplá-la e, contemplando-a, fundar uma para si mesmo. De resto, nada importa que a cidade exista em qualquer lugar, ou venha a existir, porquanto é pelas suas normas, e pelas de mais nenhuma outra, que ele pautará o seu comportamento." Platão, "A República", (592b), op., cit., 1972, p. 450.

dita a sua mulher as *Cartas Peninsulares* e lê Schopenhauer ¹¹⁴ e Hartmann ¹¹⁵.

A 20 de Agosto o Núncio Apostólico desloca-se a casa de O. Martins para confessar este crente tão peculiar, que tendo sido um crítico inflexível da Igreja, nunca duvidou dos valores defendidos pelo cristianismo censurando apenas, naqueles a quem tinha sido dada a missão de os propagarem, a incapacidade, tantas vezes revelada ao longo da história, de pautarem a sua acção pelo elevado padrão moral que eles exigiam.

A 24 de Agosto de 1894, morre “triste” e sem “saudades do mundo”, partilhando com o seu mestre Herculano, nesta hora derradeira, o estado de alma que nos deixara descrito no *Portugal Contemporâneo*: “*Isto dá vontade da gente morrer*” (Pato, “*Últimos Momentos de A. H.*”). *Isto deviam ser muitas coisas: a Liberdade naufragada, a vida vivida em vão, a Pátria miserável, os homens cada vez mais rasos!*” ¹¹⁶.

Não resistimos a citar, uma vez mais, e como conclusão, as sábias e esclarecedoras palavras de E. Lourenço acerca de O. Mar-

¹¹⁴ O filósofo alemão, Arthur Schopenhauer considerava-se um seguidor de Kant na medida em que, como ele, entendia que era a razão humana que organizava a sensação de modo a podermos ascender ao conhecimento.

Negava, porém, ao contrário de Kant, que nos fosse impossível conhecer a verdadeira realidade. Esta era-nos facultada pela vontade universal, entendida como força primordial, subjacente aos desejos e acções de todos os seres e cujos impulsos irracionais não podiam ser entendidos pela ciência. Era a vontade que compelia os individuos a amarem, odiarem, desejarem, rejeitarem, isto é, a lutarem e a sofrerem sem um propósito último a atingir e, por isso, sem disporem da liberdade de parar. Esta visão pessimista, que colocava a tónica não na razão, mas numa vontade insaciável como reguladora da existência, obrigava a encarar, como única finalidade da vida, anular a vontade de viver suprimindo, então, a dor inerente à existência. O refúgio na arte era uma primeira forma de libertação, a ética, através do Direito e do Estado, que protegem a vida e propriedade alheias, era uma segunda fase e o estádio místico de resignação e ascetismo era o fim derradeiro em que, pelo sacrifício, a vontade própria se anulava no sentimento de compaixão pelo próximo.

¹¹⁵ Karl Robert Eduardo Von Hartmann foi influenciado por Schopenhauer e Hegel. O título da sua obra mais conhecida, “A Filosofia do Inconsciente”, mostra-o como um precursor das teorias de Freud e Yung. Conhecido pela sua postura ideológica pessimista, via o progresso como uma luta entre a razão e os impulsos cegos da vontade que impedia a crença num futuro mais feliz.

¹¹⁶ Martins, I. P. Oliveira, “Portugal Contemporâneo”, vol. 11, op., cit., p. 224.

tins: “*Não se é historiador impunemente, como se não é impunemente um destino partilhado sem remédio entre o mundo ideal das ideias justas e susceptíveis de iluminar, se postas em prática, o sempre nebuloso e contraditório presente, e o mundo real dos interesses, das vontades inconciliáveis que é o da política e mais latamente da História*”¹¹⁷.

Lídia Maria Cardoso Pires

¹¹⁷ Lourenço, E., “Oliveira Martins: História, Ciências Sociais e Mitologia Nacional”, op., cit.